



Departamento de Arquitetura e Urbanismo

**PROCESSOS PARTICIPATIVOS BIP/ZIP
Estratégia ou Modelo de Desenvolvimento Local?**

Sofia Pimentel Sebastião

Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Arquitetura
(Mestrado Integrado em Arquitetura)

Orientador da vertente teórica:

Professora Doutora Arquiteta Alexandra Paio, Professora Auxiliar, ISCTE-IUL

Co-orientador da vertente teórica:

Arquiteto Miguel Brito, Câmara Municipal de Lisboa

[Novembro, 2017]

O presente trabalho de investigação está redigido conforme o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa respeitando as Normas APA. As imagens, desenhos, fotografias e/ou gráficos são de autoria da própria, exceto quando indicado.

O BIP/ZIP será apenas um modelo ou uma estratégia de desenvolvimento local? E, de que forma estes processos podem aplicar-se a outros territórios? É perante estas questões que o presente estudo aborda os aspetos relacionados com a implementação do processo BIP/ZIP na cidade de Lisboa a uma escala macro territorial e compreende a estrutura geral do sistema para a implementação dos subsistemas. A análise baseia-se numa taxonomia do programa BIP/ZIP e os resultados permitirão construir um documento reflexivo que facilite a aplicação de processos semelhantes a outros territórios no país.

Palavras-chave: Processos Participativos, BIP/ZIP, Desenvolvimento Local, Taxonomia

BIP/ZIP is a model or strategy of local development? How can these processes apply to other territories? Based on these premises, this study addresses several factors related with the BIP/ZIP process deployment in Lisbon at a macro geographical scale and understands the overall system framework towards the deployment of subsystems. The analysis is based on a BIP/ZIP program taxonomy and the results will allow writing a reflective document that streamline the deployment of similar processes in other areas of the country.

Key - words : Participatory Processes, BIP/ZIP, Local Development, Taxonomy

À Professora Arquiteta Alexandra Paio, pela constante orientação, mas acima de tudo pela confiança, motivação, paciência, amizade e acompanhamento ao longo destes cinco anos;

Ao Professor Arquiteto Pedro Pinto, pela oportunidade, incentivo, dedicação e partilha de conhecimento que mostrou na orientação do projeto neste último ano;

Ao Arquiteto Miguel Brito, pela disponibilidade e acompanhamento neste processo de trabalho ao longo deste último ano;

À Carol Farias e ao André Gonçalves, pela amizade, orientação e auxílio na realização deste trabalho;

À Rosário e à Alice Espada do ISTA;

Aos colegas de curso que me acompanharam ao longo deste percurso;

Às companheiras do 345 do prédio cor-de-rosa,

Às amigas, Rita Marques, Susana Bento, Helena Soares e Jennifer Martins;

Às “leindas”, Beatriz Medeiros, Carolina Brum, Joana Pacheco e Natacha Amaral, por estarem sempre comigo nos bons e nos maus momentos.

À minha família,

MÃE, o meu pilar, por teres acreditado sempre que seria capaz, mesmo quando tudo parecia impossível;

PAI, por mostrares que nos piores momentos estarás sempre comigo;

Ao ANDRÉ e à SOFIA, pelo apoio incondicional;

À minha pequenina RITA, que tem o poder de me alegrar todos os dias;

E em especial, ao VITINHA por nunca ter desistido de mim;

MUITO OBRIGADA.

ACRRU – Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística

AUGI – Área Urbana de Génese Ilegal

BIP/ZIP – Bairros de Intervenção Prioritária/Zonas de Intervenção Prioritária

Bottom-up – “*de baixo para cima*”, quando aplicada a territórios “*de dentro para fora*”

CML – Câmara Municipal de Lisboa

DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária

FFH – Fundo de Fomento à Habitação

GABIP – Gabinete Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária

GTH – Gabinete Técnico de Habitação

IBC – Iniciativa Bairros Críticos

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

KUMU.IO – Plataforma Online de Visualização de Dados em Mapas Interativos

PER – Programa Especial de Realojamento

PER Famílias – Programa Especial de Realojamento Famílias

PIMP – Programa Especial de Realojamento

PLH – Pelouro Local de Habitação

Porta Jovem 65 – Arrendamento Jovem

PROHABITA – Programa de Financiamento para Acesso à Habitação

RECRIA – Regime Especial de Participação de Imóveis Arrendados

RECRIPH – Regime Especial de Participação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal

REHABITA – Programa de Apoio à Habitação

SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local

SOLARH – Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação

SRU'S – Sociedade de Reabilitação Urbana

Top-Down - “*de cima para baixo*”, quando aplicada a territórios “*de fora para dentro*”

URBACT – Programa Europeu de Promoção de Desenvolvimento Urbano

- 01** Métodos de processo Participativo. Fonte imagem: http://www.rmbh.org.br/imagens/proc_participativo.JPG (Setembro de 2017)
- 02** Manifestação nacional de moradores, Porto, 17 de Maio de 1975. Fonte imagem: www.porto24.pt/multimedia/serralves-recebe-a-primeira-grande-exposicao-dedicada-ao-saal/ (Setembro de 2017)
- 03** Bairro do Alvito, Alcântara. Fonte imagem: <http://static.panoramio.com/photos/large/14853741.jpg> (Setembro de 2017)
- 04** Bairro da Madre Deus, Beato. Fonte imagem: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22026 (Setembro de 2017)
- 05** Bairro do Alvito projetado em 1937, pelo Arquiteto Paulino Montez. Fonte imagem: <https://i.pinimg.com/originals/a9/ea/9a/a9ea9af0662eb21a2efda38331ce0b71.jpg> (Setembro de 2017)
- 06** Perspetiva aérea do Bairro da Madre Deus, projetado no Plano Diretor de Urbanização de Lisboa em 1938. Fonte imagem: http://c6.quickcachr.fotos.sapo.pt/i/o4811db26/13864902_QZZFY.jpeg (Setembro de 2017)
- 07** Bairro de Alvalade, 1950. Fonte imagem: http://4.bp.blogspot.com/cgvekdqfa0/ux7xutvqvui/aaaaaaaaaqa/6ibavfj0t3q/s1600/alvalade_1950.jpg (Setembro de 2017)
- 08** Bairro de Alvalade. Fonte imagem: <http://www.lusopt.pt/images/2015/Marco/estacionanensoidc.jpg> (Setembro de 2017)
- 09** Plano de urbanização, Olivais Norte. Fonte imagem: <https://bairrojardim.weebly.com/ceacutelula-a---olivais-norte.html> (Setembro de 2017)
- 10** Plano de Urbanização, Olivais Sul. Fonte imagem: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6b/Plano_Olivais_Sul_Jos%C3%A9_Rafael_Botelho_1961.jpg (Setembro de 2017)
- 11** Cheias de 1967, Lisboa. Fonte imagem: <https://www.interclassico.com/images/car/2016/08/7407082016.jpg> (Setembro de 2017)
- 12** Cenário de destruição após a cheias de '67. Pontinha, Lisboa. Fonte imagem: http://w3.ualg.pt/~jdiias/GEOLAMB/GAn_Casos/Lisboa1967/Pontinha1967.gif (Setembro de 2017)
- 13** Participação ativa da população na construção das suas casas. Fonte imagem: <https://www.serralves.pt/pt/actividades/ciclo-de-cinema-saal-sessao-com-juliao-sarmento/> (Setembro de 2017)
- 14** Slogans grafitados pela população, entre outros. Fonte imagem: <https://lh3.googleusercontent.com/-LEqKjILGKu0/VVsvS6N5FrI/AAAAAAAAAQE8/8Js-xSpPq4U/w1044-h282-no/collage1.jpg> (Setembro de 2017)
- 15** Arquiteto Nuno Portas, 1934. Fonte imagem: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=f1410774517/nuno_portas.jpg (Setembro de 2017)
- 16** Distribuição das operações SAAL em lisboa. Fonte imagem: Bandeirinha, J. A. (2007). O processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974: imprensa da universidade de Coimbra.
- 17** Arquiteta Helena Roseta, 1947. Atual Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa desde 2013. Fonte imagem: <http://www.am-lisboa.pt/201200/1/,000052/index.htm> (Setembro de 2017)
- 18** Estratégia de Intervenção GABIP por Paula Marques. Fonte imagem: <https://www.slideshare.net/PlaneamentoRegionalUrbano/paulacristinamarquesbipzipstrategycollectiveaction>
- 19** Vale da Amoreira. Moita, Setúbal. Fonte imagem: <http://photobucket.com/gallery/user/barragon/media/cgF0adpwywxlieftb3jlaxjhlza3mteymda3mzk3Impwzww==/?ref=> (Setembro de 2017)
- 20** Vista aérea. Limite da área do Vale da Amoreira. Fonte imagem: Extraído de www.googlemaps.pt e editado pela autora (Setembro de 2017)

- 21** Bairro da Cova da Moura. Amadora, Lisboa. Fonte imagem: <https://www.publico.pt/2017/07/13/sociedade/noticia/policia-de-proximidade-na-cova-da-moura-nasceu-de-conversas-e-nao-de-protocolos-1778899#&gid=1&pid=1> (Setembro de 2017)
- 22** Vista aérea. Limite da área do Bairro da Cova da Moura. Fonte imagem: Extraído de www.googlemaps.pt e editado pela autora (Setembro de 2017)
- 23** Fachada. Bairro do Lagarteiro, Porto. Fonte imagem: http://www.porto24.pt/wp-content/uploads/2014/02/CarlosRomao_BairroLagarteiro_4.jpg
- 24** Vista aérea. Limite da área do Bairro do Bairro do Lagarteiro. Fonte imagem: Extraído de www.googlemaps.pt e editado pela autora (Setembro de 2017)
- 25** António Costa. Atual Primeiro Ministro de Portugal. Exerceu funções como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa de 2007 a 2015. Fonte imagem: <http://portugalresident.com/sites/default/files/field/image/antonio-costa.png>
- 26** Energia BIP/ZIP. Fonte imagem: <https://citiesintransition.eu/cityreport/bipzip-activating-citizen-participation>
- 27** Logótipo. CML – BIP/ZIP. Fonte imagem: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/imgs/imagens/1386788229Z8eWE0hr4Pv96PE6.png>
- 28** Identificação das áreas AUGI e EX-SAAL na Carta BIP/ZIP. Fonte imagem: <http://habitacao.cmlisboa.pt/documentos/1296662615D3bGB5er5Wi19HJ6.pdf>) e edição de autoria da própria.
- 29** Carta BIP/ZIP. Fonte imagem: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1296662615D3bGB5er5Wi19HJ6.pdf>)
- 30** Paula Marques. Atual Vereadora da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa. Fonte imagem: <https://www.publico.pt/2016/11/27/local/noticia/vereadora-da-habitacao-de-lisboa-quer-alivio-fiscal-para-quem-arrende-casas-acessiveis-1752802#&gid=1&pid=1>
- 31** Ciclo de etapas dos projetos BIP/ZIP. Fonte imagem: http://bipzip.cm-lisboa.pt/imgs/ciclo_regras.pdf
- 32** Candidaturas anuais dos projetos ao Programa BIP/ZIP. Fonte imagem: Sofia Sebastião
- 33** *Word Cloud*. BIP/ZIP 2012-2015. Fonte imagem: <https://www.wordclouds.com/> Sofia Sebastião
- 34** Metodologia do programa interativo online kumu.io. Fonte imagem: <https://kumu.io/>
- 35** Taxonomia BIP/ZIP interativa. Disponível: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>
- 36** Trinómio de critérios de análise. Fonte: Sofia Sebastião
- 37** Relações isoladas de critérios de avaliação. Fonte: Sofia Sebastião
- 38** Taxonomia BIP/ZIP. Tendência da temática por ano em cada zona: Zona 31 da Carta BIP/ZIP. Disponível: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>
- 39** Taxonomia BIP/ZIP. Tendência da temática por ano em cada zona: Inclusão e Prevenção. Disponível: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>
- 40** Taxonomia BIP/ZIP. Identificação dos parceiros locais por temáticas em cada zona: Zona 60 da Carta BIP/ZIP. Disponível: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>
- 41** Taxonomia BIP/ZIP. Tendência da temática por ano em cada zona: Parceiro ISCTE-IUL. Disponível: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>
- 42** Taxonomia BIP/ZIP. Identificação dos parceiros locais por temáticas em cada zona: Zona 60 da Carta BIP/ZIP. Disponível: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>
- 43** Taxonomia BIP/ZIP. Tendência da temática por ano em cada zona: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Disponível: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>
- 44** Processos *top-down* e *bottom-up*. Fonte imagem: <http://organizationalphysics.com/2016/10/13/top-down-vs-bottom-up-hierarchy-or-how-to-build-a-self-managed-organization/>)

v	Resumo
ix	Abstract
xiii	Agradecimentos
xvii	Glossário de Siglas
xxi	Índice de Figuras
01	Introdução
15	Capítulo 1 Desenvolvimento local: do processo SAAL ao BIP/ZIP
41	Capítulo 2 O que é o programa BIP/ZIP?
57	Capítulo 3 Taxonomia do programa BIP/ZIP: 2012 e 2015
77	Capítulo 4 BIP/ZIP: Estratégia ou Modelo de Desenvolvimento Local
83	Considerações Finais
87	Bibliografia
95	Anexos

“O processo participativo é muito importante para ajuste das propostas. Esse diálogo, este mais rigoroso conhecimento dos problemas arquitetônicos tem, evidentemente, uma função didática e de atividade cívica indubitavelmente vantajosa. (...) Portanto, enquanto instrumento para o projeto, a participação dos futuros usuários parece-me insubstituível.”

Álvaro Siza, in Juan Antonio Zapatel, Projetos urbanos: a experiência do SAAL em Portugal, 1995

01 Métodos de processo Participativo.

Fonte imagem: http://www.rmbh.org.br/imagens/proc_participativo.JPG (Setembro de 2017)



Enquadramento do tema e questão de investigação

“Temos de reconciliar a visão tradicional dos decisores com as ideias e visões dos cidadãos, criando novos consensos com base nas redes ou heterarquias, em vez das hierarquias. É disso que trata o urbanismo emergente: planeamento de baixo para cima, com as pessoas e para as pessoas.” Helena Roseta, *Escutar a cidade: dos pecados urbanos à energia bip-zip*, 2015

A presente dissertação – PROCESSOS PARTICIPATIVOS BIP/ZIP - Modelo ou Estratégia de Desenvolvimento Local?, foi realizada no âmbito da unidade curricular Projeto Final de Arquitetura do Mestrado Integrado em Arquitetura.

A persistência de um conjunto de problemas sociais e urbanísticos na cidade de Lisboa originou, em 2008, a definição de um conjunto de procedimentos camarários que aliassem o desenvolvimento local à participação da comunidade e a requalificação urbana à integração social, económica e ambiental. A transformação da cidade tem, assim, início nos seus habitantes e nas suas comunidades locais, tornando evidente as fortes influências do processo do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL) (1974-1976). Na década de sessenta do século passado, o tema participação e arquitetura surge assente nos princípios políticos e sociais da altura. As pessoas passam a ter um papel ativo na tomada de decisões no lugar onde habitam (Bandeirinha, 2007). A abordagem que, durante alguns anos deixou

de ter impacto sobre a sociedade, surge nas primeiras décadas do século XXI, nacionalmente e internacionalmente, como um dos caminhos para a inclusão e a integração nas cidades (Rosa e Weiland, 2013) e (Sanoff, 2000). Os utilizadores, mais do que um espaço projetado para eles, necessitam de um espaço pensado por eles (figura 01). Segundo Hamdi (2004:109) “O projeto participativo (e o planeamento) são a chave para se obter equidade e eficiência ao formular planos e na governança urbana”. A participação passa a ser vista como uma mudança na criação e gestão do ambiente urbano. Objetiva-se uma transformação através de uma sociedade voluntária onde os cidadãos podem trabalhar como parceiros (Sanoff, 2008). Esta mudança reflete-se, também, na transição de uma escala do grande planeamento para as micro práticas sociais e apropriações coletivas, chamando a atenção para as iniciativas abertas e táticas na configuração da paisagem urbana (Rosa, 2011).

Um dos marcos importantes, em Portugal, deste novo paradigma é o programa BIP/ZIP que está na sua 7ª edição. O programa estrutura-se sobre uma Carta de Bairros e Zonas de intervenção prioritária de Lisboa definida em 2008 e atualizada em 2017. Passados seis anos sobre a sua criação, é importante uma análise crítica sobre do programa BIP/ZIP enquanto veículo de desenvolvimento local através de uma visão operativa sobre as micro práticas urbanas de coesão social e territorial e o envolvimento/evolução das diferentes parcerias locais.

Neste contexto, surgem as três questões que guiam o estudo em curso: Qual o papel do programa BIP/ZIP no desenvolvimento local? O BIP/ZIP será

apenas um modelo ou uma estratégia de desenvolvimento local? E de que forma estes processos podem aplicar-se a outros territórios?

Objetivo

Este trabalho de investigação tem como objetivo determinar a dualidade de modelo e estratégia presente no programa BIP/ZIP através de ferramentas digitais que nos permitem aferir mecanismos de informação participativa de análise em redes.

Metodologia

As respostas às questões colocadas na investigação passam por definir uma taxonomia interativa on-line dos projetos BIP/ZIP, que permita ter uma visão holística sobre o programa através da correlação dos diferentes dados disponíveis nas fichas de candidatura ao programa. A classificação dos projetos aprovados é realizada através da identificação das necessidades de cada zona/bairro segundo três componentes distintas: de cariz social, urbanístico e ambiental. Numa primeira fase, pretende-se com isto: (1) identificar os objetivos que incentivam a uma cidadania ativa e a uma interação e procura, direta e coletiva de recursos partindo da participação dos agentes; (2) contribuir para uma reflexão sobre a inclusão harmoniosa da população nas cidades; e (3) aferir o impacto no desenvolvimento local. Numa segunda fase de análise, a taxonomia poderá contribuir para ler o programa BIP/ZIP como estratégia ou modelo. A estratégia da palavra grega *stratēgia* remete-nos para uma visão global de projeção de futuro permitindo a aplicação de sistemas, e para a arte de liderar integrada no processo resolutivo dos territórios, com base em um procedimento formalizado e

articulador de resultados. O modelo, leva-nos para o que serve ou pode servir de exemplo, para ser imitado. Na última fase, faz-se uma extrapolação sobre a possível exportação do programa para outros contextos ou territórios.

Estrutura do trabalho

O presente trabalho de investigação está dividido em cinco capítulos e a sua estrutura apresenta-se de forma clara. Este divide-se em cinco capítulos dos quais: (I) Desenvolvimento Local: do Processo SAAL ao BIP/ZIP; (II) O que é o programa BIP/ZIP? (III) Taxonomia do programa BIP/ZIP: 2012 e 2015; (IV) Estratégia ou Modelo de Desenvolvimento Local; e (V) Considerações Finais.

No primeiro capítulo, ('Desenvolvimento Local: do Processo SAAL ao BIP/ZIP'), procura-se compreender que programas de apoio local foram implementados na cidade de Lisboa desde o início do século XX até à criação dos novos programas (BIP/ZIP) concebidos pelo Pelouro Local de Habitação. No segundo capítulo, ('O que é o programa BIP/ZIP?'), pretende-se explorar os critérios e as etapas que constituem o programa e formam a carta BIP/ZIP. No terceiro capítulo, ('Taxonomia do programa BIP/ZIP: 2012 e 2015'), pretende-se analisar e categorizar os projetos BIP/ZIP com base em critérios selecionados das fichas de candidatura. No quarto capítulo, ('BIP/ZIP: Estratégia ou Modelo de Desenvolvimento Local'), procura-se explorar a aplicação dos conceitos de estratégia e modelo no programa BIP/ZIP fundamentados em abordagens *top-down* e *bottom-up*. Sumariamente no quinto capítulo, ('Considerações Finais'), resume-se as considerações

relevantes dos capítulos anteriores e considera-se a questão: De que forma estes processos podem aplicar-se a outros territórios?

*“(...) Com o programa SAAL, o inquilino chega antes
De qualquer decisão ser tomada (...).”*

*Nuno Portas, O Processo SAAL, Arquitetura e participação 1974-1976,
25 SERRALVES 15, Roteiro PT2, 2014*

02 Manifestação nacional de moradores, Porto, 17 de Maio de 1975.

Fonte imagem: www.porto24.pt/multimedia/serralves-recebe-a-primeira-grande-exposicao-dedicada-ao-saal/ (Setembro de 2017)



CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO LOCAL: DO PROCESSO
SAAL AO BIP/ZIP

Lisboa enquanto território capital de uma nação, tem vindo a sofrer alterações constantes ao longo de séculos. Em alguns momentos, a desordem instala-se, e a cidade torna-se num misto de inquietudes que se irradiam pelo território (figura 02). Esta ganha proporções e sentidos de crescimento de carácter problemático (Baptista, 1994).

Estas inquietudes são notórias a meados do século XX. A carência habitacional que se vivia na altura levou a que fossem criadas diversas iniciativas para a sua resolução, pretendendo, assim, atender às necessidades das populações mais desfavorecidas. No entanto, durante a permanência do Estado Novo no poder, as suas preocupações iriam muito além de abrigar e controlar a crescente populacional:

“(…) a sua filosofia de intervenção era largamente determinada por objetivos de dominação social, controlo político e disciplinação moral, usando a habitação como recurso escasso distribuído de forma a arregimentar seguidores e engrossar a sua base de apoio, ao mesmo tempo que se reforçava a ordem social preconizada pelo regime. Muito embora as condições económicas, políticas e sociais tenha evoluído muito entre os anos 30 e 70 e provocado revisões sucessivas dos princípios inicialmente estabelecidos, o regime salazarista procurou conservar bem vivo o desígnio de prosseguir uma política “ideologicamente centrada e agregadora” no domínio da habitação social” (Baptista, 1999:138).



03

Nesta época surgiram dois modelos de resposta direta aos problemas coexistentes.



04

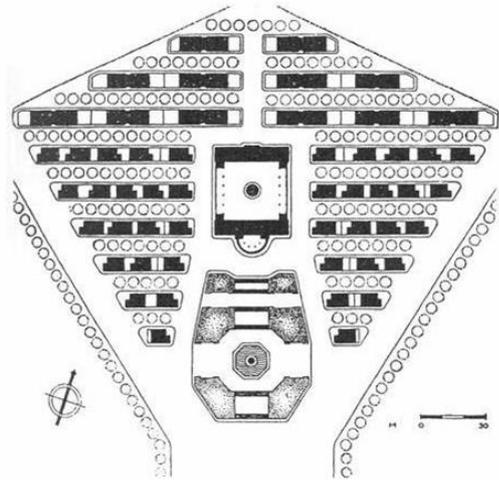
O primeiro modelo agregou dois programas distintos. Primeiramente o programa “*bairros de casas económicas*”¹ de modelo unifamiliar como foi o exemplo do Bairro do Alvito (figura 03|05) e da Madre Deus (figura 04|06), em Lisboa. A atribuição destas casas não foi feita de forma transparente. A troca de favores e atribuição do alojamento estava presente entre os “assalariados de média e baixa condição económica” que possuíam cargos “ministeriais e camarários, empregados de comércio e serviços e membros das forças militares e policiais” não correspondendo à necessidade inicial de realojar famílias débeis com extrema necessidade económica (Baptista, 1999). Em 1938 surge o segundo programa de realojamento denominado “*bairros de casas desmontáveis*”².

¹ “modelo arquitectónico e de desenho urbano (dito) *aportuguesado*, influenciado pela *Casa Portuguesa* de Raul Lino. A concepção de *bairros de casas económicas* era ainda influenciada por programas similares de ditaduras europeias.” (e.g. italiana).

Fonte:http://www.lasics.uminho.pt/conferences/index.php/CEGOT/XIV_ColoquioIbericoGeografia/paper/view/138

1

² “(...) solução pretensamente provisória por que passariam as famílias com carências graves de habitação que se julgasse necessitarem de um estágio de preparação antes do acesso às casas de propriedade resolúvel. Este foi o primeiro sinal que deixou antever a incapacidade do regime em vir a criar uma “sociedade de proprietários”, tal era o desfasamento desse propósito em relação à insolvência de uma boa parte da procura. O reconhecimento do que era preciso rever os objetivos chega em 1945. Rapidamente os bairros de casas unifamiliares cedem lugar a bairros que podendo integrar moradias apresentam formas mais variadas de habitação social. Ainda em 1945, o recurso das casas desmontáveis volta de novo a ser empregue para alojar milhares de famílias mais pobres de trabalhadores manuais e operários que não tinham lugar noutros programas” (Baptista, 1999).



05



06

03 Bairro do Alvito, Alcântara.

Fonte imagem: <http://static.panoramio.com/photos/large/14853741.jpg> (Setembro de 2017)

04 Bairro da Madre Deus, Beato.

Fonte imagem: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_Pages/User/SIPA.aspx?id=22026 (Setembro de 2017)

05 Bairro do Alvito projetado em 1937, pelo Arquitecto Paulino Montez.

Fonte imagem: <https://i.pinimg.com/originals/a9/ea/9a/a9ea9af0662eb21a2efda38331ce0b71.jpg> (Setembro de 2017)

06 Perspetiva aérea do Bairro da Madre Deus, projetado no Plano Diretor de Urbanização de Lisboa em 1938.

Fonte imagem: http://c6.quickcachr.foto.sapo.pt/i/o4811db26/13864902_Q2ZFY.jpeg (Setembro de 2017)



08

07 Bairro de Alvalade, 1950.

Fonte imagem:
http://4.bp.blogspot.com/cgvekdqgfa0/ux7xutqvui/aaaaaaaaaqa/6ibavfj0t3q/s1600/alvalade_1950.jpg (Setembro de 2017)

08 Bairro de Alvalade. Fonte imagem:
<http://www.lusopt.pt/imagens/2015/Marco/estacio-manensoidc.jpg> (Setembro de 2017)



07

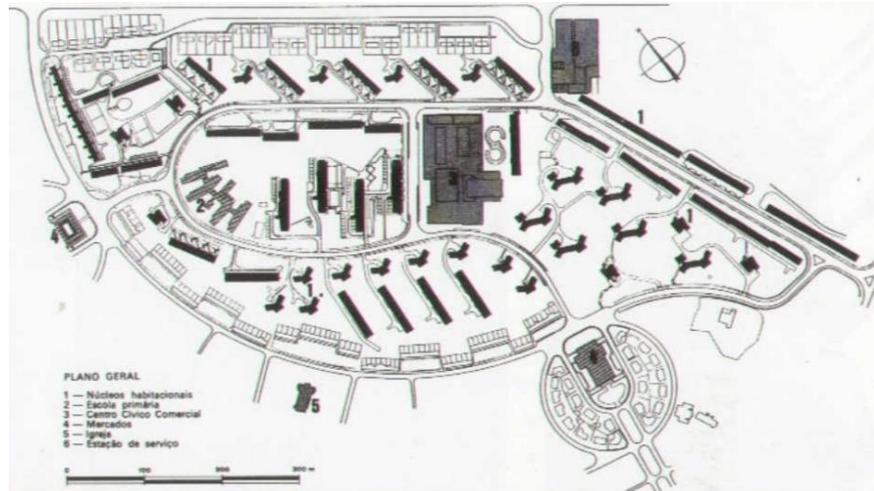
Na década de 40 ergue-se o segundo modelo designado de “*bairros de renda económica*”. Este novo modelo pretendia combater os planos de realojamento provisório criados anteriormente, possibilitando às famílias carenciadas o direito à habitação condigna. Na grande Lisboa destacam-se a construção do Bairro de Alvalade em 1950 (figura 07|08), segundo um desenho multifamiliar que viria a desmistificar a construção de casas individuais na periferia e a implementação de uma construção presente no

princípio do pensamento de “cidade” (Romão, 2015:82). No final do ano de 1959 deu-se início à construção do Bairro dos Olivais Norte e Sul (figura 09|10) e Chelas, lançados pelo GTH³, que vinculava por uma construção assente nos princípios modernistas da carta de Atenas.

No entanto, este modelo não chegou a todos. A construção em barracas provisórias ainda estava bem visível aos olhos da população ganhando maior notoriedade após a destruição causada pelas cheias de '67 (figura 11|12). Anos mais tarde, o descontentamento era tal que gerou um movimento social em massa de revolta que ditou a Revolução de 25 de Abril de 1974.

O processo SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local - nasce após a revolução. Desencadeou-se com base em iniciativas genuínas propostas por forma a garantir o direito à habitação das populações mais desfavorecidas, sendo considerado o maior ensaio experimental na fusão entre arquitetura e participação popular aplicada em Portugal (figura 13|14) (Romão, 2015:83).

³ Gabinete Técnico de Habitação, criado em 1959 “como serviço municipal [...], subsistiu até 1990 e contribuiu de forma inovadora para a expansão urbanística da cidade de Lisboa e para o acesso à habitação de muitas famílias. Foi um verdadeiro laboratório, através de operações de grande escala, inéditas no quadro nacional.” Foi considerado um programa pioneiro na criação de novos programas de apoio à habitação pós 25 de Abril de 1974. Fonte:<http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=251000100266:052009>



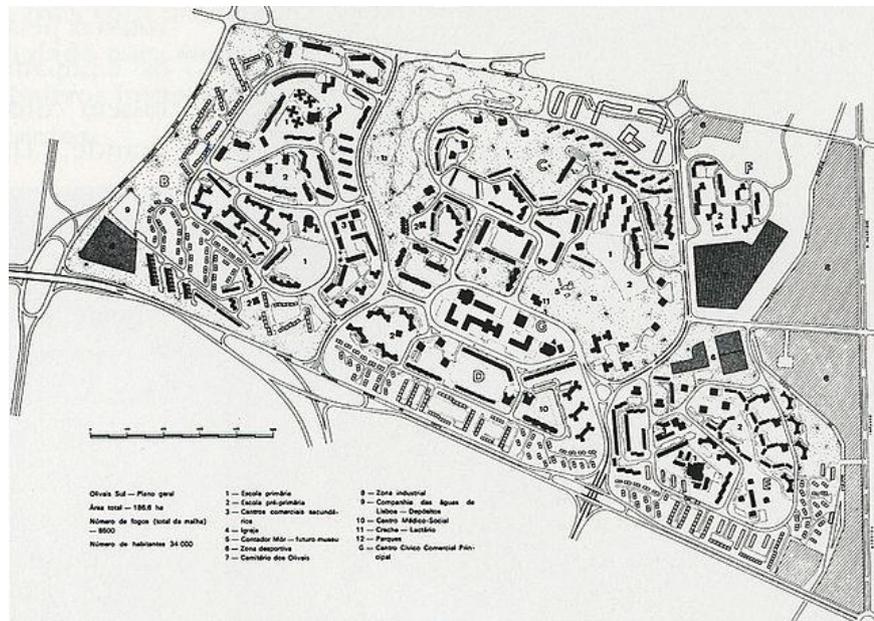
09

09 Plano de urbanização, Olivais Norte.

Fonte imagem: <https://bairrojardim.weebly.com/ceacutelula-a---olivais-norte.html> (Setembro de 2017)

10 Plano de Urbanização, Olivais Sul.

Fonte imagem: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6b/Plano_Olivais_Sul_Jos%C3%A9_Rafael_Botelho_1961.jpg (Setembro de 2017)



10



11



12

11 Cheias de 1967, Lisboa.

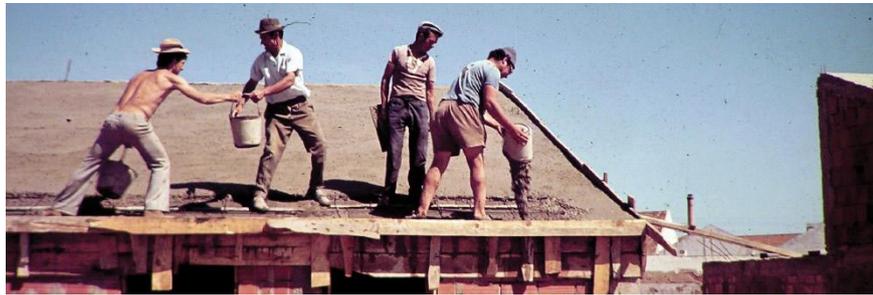
Fonte imagem:
<https://www.interclassico.com/images/car/2016/08/7407082016.jpg>
(Setembro de 2017)

12 Cenário de destruição após a cheias de '67. Pontinha, Lisboa.

Fonte imagem:
http://w3.ualg.pt/~jdias/GEOLAMB/GAn_Casos/Lisboa1967/Pontinha1967.gif
(Setembro de 2017)

13 Participação ativa da população na construção das suas casas.

Fonte imagem: <https://www.serralves.pt/pt/actividades/ciclo-de-cinema-saal-sessao-com-juliao-sarmento/> (Setembro de 2017)



13

14 Slogans grafitados pela população, entre outros.

Fonte imagem: <https://lh3.googleusercontent.com/-LEqKjILGKu0/VVSvS6N5FrI/AAAAAAAAAQE8/8Js-xSpPq4U/w1044-h282-no/collage1.jpg> (Setembro de 2017)



14

O período pós 25 de Abril foi marcado pela movimentação populacional urbana em dois momentos distintos: o primeiro, ditado pela apropriação temporária de casas construídas; e o segundo momento, pelas movimentações de população alojada em bairros informais associadas à operação denominada SAAL (Ferreira, 1975:18). O último, é considerado um programa de política habitacional inovador promovido por associações de moradores aprovado e assinado no despacho de 31 de Julho de 1974 pelo Arquitecto Nuno Portas (figura 15), secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do I governo provisório eleito a 16 de Maio de 1974 e pelo Ministro da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, Costa Braz. Um “corpo técnico especializado” e/ou “brigadas técnicas” abrangido por arquitetos e aspirantes a arquitetos, constituído pelo FFH⁴, apoiava,



15

15 Arquitecto Nuno Portas, 1934.

Fonte imagem: https://sigarra.up.pt/up/p/t/web_gessi_docs.download_file?p_name=f1410774517/nuno_portas.jpg (Setembro de 2017)

⁴ Fundo de Fomento à Habitação, criado em 1969, “entidade que tinha como principal objetivo a promoção directa de habitação social para arrendamento a estratos sociais desfavorecidos. Após o 25 de abril de 1974 e com as grandes mudanças registadas no panorama nacional, o FFH sofreu várias vicissitudes e acolheu a execução de programas e medidas políticas muito diversificadas, com resultados muito positivos nos casos dos empréstimos às câmaras, cooperativas de habitação e PRID.”

Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/_Resumo_historico.html

através das câmaras municipais, as iniciativas das populações desalojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros e/ou construção dos mesmos, investindo os próprios recursos, “(...) as iniciativas deveriam partir dos moradores, organizados em associações ou cooperativas. Às Câmaras competiria um papel de controle urbanístico da localização e cedência de solo e de interlocutores diretos da organização dos interessados, designadamente na arbitragem das prioridades em face dos recursos disponíveis [...] e na garantia dos empréstimos previstos na legislação” (Pereira, 2014:14).

Segundo Ferreira (1975), o processo SAAL assenta em quatro princípios estruturais:

- (1) Apropriação, posse e expropriação de terrenos necessários para a (re) implantação dos bairros;
- (2) Realização de certas infraestruturas com vista a um saneamento mínimo desses bairros;
- (3) Processo de financiamento da operação, destacando que a participação estatal (fundo perdido) que as normas e tipos de crédito a conceder às populações;
- (4) Articulação (que implica o estabelecimento de prioridades) entre as novas propostas de implantação dos bairros e as medidas de “planificação” urbana que, na generalidade, são anteriores a “25 de Abril”

O SAAL abrigou 78 operações ao serviço LISBOA E CENTRO-SUL das quais 50 operações pertencem ao distrito de Lisboa (figura 16).

- | | | | |
|-----------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------|
| 1. ALTO DOS MOINHOS | 7. Q. BELA FLOR | 13. CATUJAL | 19. ALFORNELOS |
| 2. LIBERDADE | 8. Q. FONSECAS - Q. CALÇADA | 14. FETAIS | 20. ALTO DO MOINHO |
| 3. CASAL VENTOSO | 9. Q. ALTO | 16. MANJOEIRA | 21. CARNAXIDE |
| 4. CURRALEIRA - EMBRECHADOS | 10. Q. BACALHAU - MONTE CÔXO | 18. QUINTA DAS PENICHEIRAS | 22. FALAGUEIRA |
| 5. Q. D. LEONOR | 11. Q. GRANDE | 17. SANTO ANTÓNIO - CAMARATE | 23. LINDA-A-VELHA |
| 6. P. VILA FERNANDES | 12. CASAL DO COCHICHÓ | 18. TORRE - CAMARATE | 24. PORTELA - OUTORELA |
| | | | 25. ESTRADA MILITAR |



16 Distribuição das operações SAAL em Lisboa

Fonte imagem: Bandeirinha, j. A. (2007). O processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974: imprensa da universidade de Coimbra.

No entanto, o processo tomou diversos rumos tendo pronunciado o seu fim em 1976. Contudo, o contributo desencadeado pelas intervenções urbanísticas e sociais que foram sendo implementadas um pouco por todo o país, mais precisamente na grande Lisboa, permitem refletir sobre a influência do processo SAAL no desenvolvimento dos planos de ação do programa BIP/ZIP em Lisboa. Foi precisamente nos anos compreendidos entre 1974-76, durante a implementação do SAAL que, assistimos à maior intervenção do Estado:

“[...] no domínio da promoção direta de habitação (...) refletindo a vontade de implementar uma política de habitação que não se limitasse à resolução de carências mais pronunciadas de alojamento. Tratava-se na verdade de construir um verdadeiro setor público de promoção habitacional direta, lançando concomitantemente as bases de uma política fundiária e urbanística coerente e de uma efetiva ação reguladora do Estado sobre as dinâmicas do mercado habitacional. E se é igualmente neste período que um conjunto de políticas públicas inovadoras de habitação social conhece a luz do dia (com particular destaque para as singulares operações SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local), não foi possível, em tão curto espaço de tempo, ir muito além dos programas e estruturas previamente existentes” (Santos, Teles e Serra; 2014:12).

A partir da década de 80 a meados dos anos 2000 foram criados diversos programas de apoio à habitação em Portugal. Programas de apoio ao realojamento tais como, os Acordos de Colaboração (1987), o PER (1993), o PER Famílias (1996), o PROHABITA (2004) e o Porta Jovem 65 (2007). No campo da reabilitação vincularam os programas de apoio RECRIA (1988), RECRIPH e REHABITA (1996), SOLARH (1999) e SRU'S (2004). Algumas destas iniciativas permitiram a construção de 17.000 fogos que se fixaram um pouco por toda a cidade de Lisboa. Todavia, a gestão urbanística e social destas zonas ficou por resolver e em 1995 a CML cria a GEBALIS⁵, uma empresa que toma posse da gestão destes bairros municipais e de outros bairros anteriores aos programas de apoio criados pós anos 80 (Roseta, 2013). Atualmente, a Gebalis atua em cinco zonas distintas e contém doze gabinetes de apoio distribuídos pela cidade que apoiam cerca de sessenta e seis bairros e um total de 22.700 fogos aproximadamente.

⁵ “(...) é uma empresa local de promoção do desenvolvimento local que tem como objetivo a promoção e gestão de imóveis de habitação social, bem como a gestão de outro património edificado habitacional que o município decide afetar ao arrendamento nos termos e condições a definir pela Câmara Municipal de Lisboa. Assegura uma política de gestão integrada, que visa a administração dos bairros, a qualidade de vida das populações residentes e a conservação do património. A GEBALIS tem como missão gerir eficazmente os Bairros com uma forte perspetiva de desenvolvimento e integração social, educação ambiental, conservação do património e integração profissional da população.”

Fonte: <http://www.gebalis.pt/Geral/SobreGebalis/DadosEmpresa/Paginas/DadosdaEmpresa.aspx>

No entanto, segundo Catarina Oliveira (2013:24) os anos 90 foram marcados pela “liberalização do mercado de arrendamento e pela elevada procura de habitação (casa-própria) derivada pelo aumento do rendimento das famílias, pela redução das taxas de juro, pela facilidade de acesso ao crédito, pelos incentivos fiscais e pela inércia do mercado de arrendamento”.

Embora a crise social e economia pública tenha conseguido recuperar o seu défice orçamental durante este período de tempo isto não ditou fim às carências sociais que foram sentidas ao longo do século XX.

Prova disto foi a crise social e económica que se fez sentir em 2008 assistindo-se a uma redução do consumo fase ao baixo investimento público e privado. Face a esta realidade, entre os anos de 2008 e 2009, foi desenvolvido o PLH⁶ que, “(...) constituiu a base da alteração da política municipal de habitação [...], a qual deixou de ser exclusivamente concentrada no património habitacional municipal para se estender a toda a cidade, em especial às zonas e bairros mais vulneráveis, abrangendo todos os agentes e procurando dar respostas às novas necessidades e prioridades, através de um conjunto alargado de novos programas e novas regras” (Roseta, 2013:12). Por estas e outras razões, surge o programa e a carta BIP/ZIP concebidos pela antiga vereadora da Habitação e Desenvolvimento Local da

⁶ “Os Programas Locais de Habitação (PLH), previstos no Plano Estratégico de Habitação 2008/2013 (PEH 2008/2013), da responsabilidade do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, são instrumentos que definem localmente (a nível municipal ou intermunicipal) uma visão estratégica das intervenções nas áreas da habitação, cruzando diversas políticas com realce para a reabilitação e reconversão urbana, e que fixam os objectivos da política de habitação local para 4-5 anos” (ROSETA, 2008).

Fonte: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1234283601B2dKG3bx4Vf86EC6.pdf>

câmara Municipal de Lisboa, Helena Roseta (figura 17) como resposta rápida a uma estratégia de reabilitação de Lisboa através de pequenos investimentos.

Em simultâneo com o aparecimento do programa BIP/ZIP, surge os GABIP⁷ (anexo a), com princípio estratégico semelhante aos Gabinetes Técnicos Locais. Os Gabinetes de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária têm como pressuposto apoiar modelos de co-governança de Bairros de Intervenção Prioritária⁸. Atualmente, estão distribuídos pela cidade sete gabinetes que apoiam bairros e zonas de intervenção de Lisboa, enquadradas no PLH, que inclui alguns eixos de intervenção presentes na Carta BIP/ZIP. GABIP Padre Cruz (BIP/ZIP 16), GABIP Mouraria (BIP/ZIP 44), GABIP Boavista (BIP/ZIP 10), GABIP AUGI (BIP/ZIP 5/6/7/18/20/21 e 24), GABIP Torres do Alto da Beira (BIP/ZIP 37), GABIP EX-SAAL e Auto-Construção (BIP/ZIP 4, 34, 47, 58 e 60), e GABIP Almirante Reis (BIP/ZIP 36 e 64) (figura 18). Cada GABIP intervém de forma distinta dependendo das necessidades sócio territoriais identificadas. A si podem ainda estar associados parceiras locais público/privadas que tenham como objetivos de intervenção os territórios identificados.



17

17 Arquitecta Helena Roseta, 1947. Atual Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa desde 2013. Fonte imagem: <http://www.am-lisboa.pt/201200/1/000052/index.htm> (Setembro de 2017)

⁷ Gabinetes de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária criado em 2010.

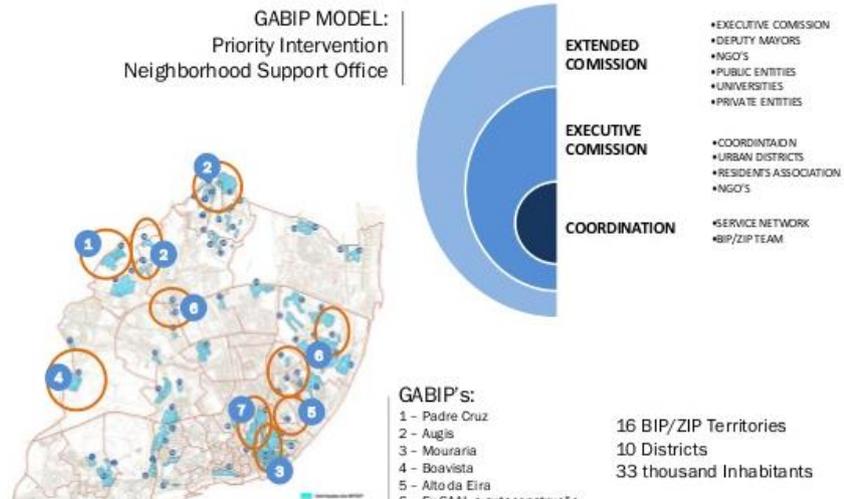
⁸ “(...) com a vista à promoção da coesão sócio-territorial [...] através da implementação de Estratégia de Desenvolvimento Local para os territórios prioritários abrangidos. O modelo GABIP deve constituir-se como uma matriz flexível para que cada território possa ter o GABIP melhor adaptado às suas características e podendo o seu modelo ser ajustado a todo o tempo, de acordo com a evolução do contexto da coesão sócio-territorial”.

Fonte: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/index.htm?no=27510001>

O programa e a carta BIP/ZIP foram criados à semelhança do modelo experimental “Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos”, designada de IBC⁹, programa piloto implementado em 2005 pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades que desenvolveu ações de intervenção em três territórios nacionais distintos: Vale da Amoreira, na Moita (figura 19|20); Cova da Moura, na Amadora (figura 21|22); Lagarteiro, no Porto (figura 23|24).

18 Estratégia de Intervenção GABIP por Paula Marques
 Fonte imagem: <https://www.slideshare.net/PlaneamentoRegionalUrbano/paulacristinamarquesbipzipstrategycollectiveaction>

Local Development – GABIP’s

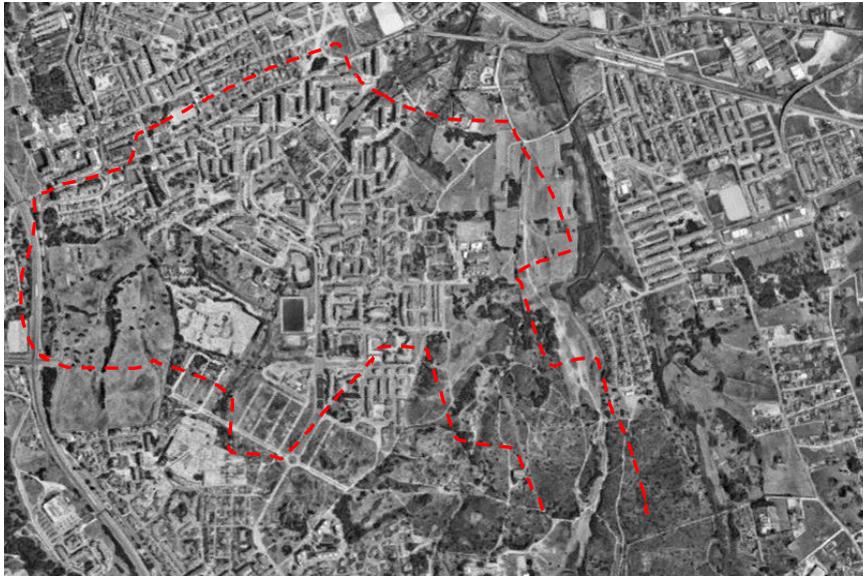


⁹ Iniciativa Bairros Críticos criada em 2005. “Coordenada pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P, constituiu o programa emblemático de intervenção de base territorial da Administração Central nos territórios urbanos desfavorecidos com carências multidimensionais.”

Fonte: http://www.dgterritorio.pt/ordenamento_e_cidades/cidades/polis_xxi/iniciativas_complementares_polis_xxi/



19



20

19 Vale da Amoreira.
Moita, Setúbal.

Fonte imagem:
<http://photobucket.com/gallery/user/barragon/media/cgf0adpwywxlieftb3j1axjhlza3mteymda3mzk3lmpwzw==/?ref=>
(Setembro de 2017)

20 Vista aérea. Limite da área do Vale da Amoreira.

Fonte imagem: Extraído de www.googlemaps.pt e editado pela autora (Setembro de 2017)



21

21 Bairro da Cova da Moura. Amadora, Lisboa.

Fonte imagem: <https://www.publico.pt/2017/07/13/sociedade/noticia/policia-de-proximidade-na-cova-da-moura-nasceu-de-conversas-e-nao-de-protocolos-1778899#&gid=1&pid=1> (Setembro de 2017)

22 Vista aérea. Limite da área do Bairro da Cova da Moura.

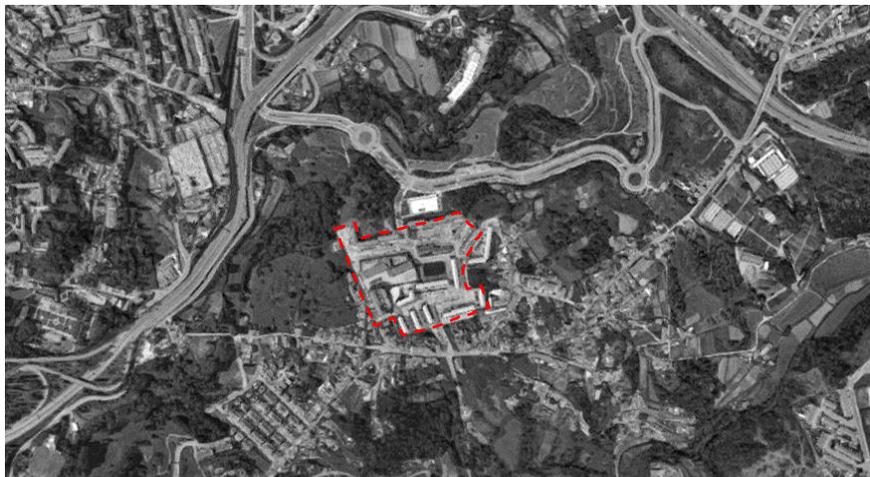
Fonte imagem: Extraído de www.googlemaps.pt e editado pela autora (Setembro de 2017)



22



23



24

23 Fachada. Bairro do Lagarteiro, Porto.
Fonte imagem: http://www.porto24.pt/wp-content/uploads/2014/02/CarlosRomao_BairroLagarteiro_4.jpg

24 Vista aérea. Limite da área do Bairro do Lagarteiro.
Fonte imagem: Extraído de www.googlemaps.pt e editado pela autora (Setembro de 2017)

A estratégia de intervenção para estes territórios assentava em limiares de “(...) planeamento estratégico, colaborativos, prospetivos e participados, [...] no qual se reconhece que a mobilização e construção colaborativa da ação, implica o envolvimento de diferentes atores públicos, privados e associativos” (Sousa, Guterres, Costa e Dores, 2012:9) gerando seis princípios, (1) inovação do projeto a nível social, económico e tecnológico, (2) movimentação de moradores, (3) reabilitação; (4) organização estratégica e participação de comunidade; (5) criação de parcerias que possibilitassem novas fontes de financiamento, (6) sustentabilidade do projeto (POLIS XXI, Iniciativas Complementares POLIS XXI). Estes primórdios permitiriam a inserção destas áreas integradas nas demais dinâmicas da cidade extrapolando as intersticialidades presentes a cada território.

A experiência BIP/ZIP em Lisboa demonstra que há um enorme interesse nos processos *bottom-up*¹⁰, à semelhança das iniciativas referidas anteriormente. Todavia, será necessária a criação de condições que fomentem o desenvolvimento destes territórios. As parcerias locais formadas por associações formais e informais, têm potenciado projetos de melhoria dos bairros e zonas prioritárias definidas na carta BIP/ZIP.

¹⁰ Abordagem estratégica aplicada a territórios “*de dentro para fora*”.

Segundo Costa (2013:11) (figura 25), “Devemos à Vereadora Helena Roseta a ideia, a iniciativa e a força para vencer o preconceito do estigma. [...] Prioridade à participação, à mobilização, à integração, à criação”, e ainda reforça a ideia de que “(...) esta é a pequena amostra do muito que temos perdido e que perdemos quando desistimos de ter uma Lisboa completa, de todos e para todos”.

Ainda ao programa BIP/ZIP estão associadas algumas redes colaborativas tais como, a rede colaborativa DLBC Lisboa (Desenvolvimento Local de Base Comunitária), o curso de Territórios Colaborativos, promovido pelo ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa) em parceria com os Arquiteto Sem Fronteiras e a CML, entre outras redes de carácter europeu.

A rede DLBC fundada em 2015 tem como objetivo aliar-se a parceiras locais público/privadas à semelhança do programa BIP/ZIP para desenvolver estratégias de desenvolvimento local apoiando as populações locais mais desfavorecidas abrangendo territórios identificados na carta BIP/ZIP, bem como o curso de Territórios Colaborativos, que tem como principal foco “responder a uma necessidade sentida pelos agentes de desenvolvimento comunitário local urbano/arquitetónico na implantação de novas respostas e práticas”(IPPS-IUL), e dotar os alunos para a capacitação de práticas estratégicas e colaborativas em conjunto com a população no Desenvolvimento Local da cidade.



25

25 António Costa. Atual Primeiro Ministro de Portugal. Exerceu funções como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa de 2007 a 2015.

Fonte imagem: http://portugalresident.com/sites/default/files/fiel_d/image/antonio-costa.png

“Parte-se do princípio de que as iniciativas devem ter origem nas populações interessadas e que o grau de organização interna dessas populações, o seu dinamismo e a sua posição reivindicativa são fatores preponderantes para a determinação das prioridades de apoio.”

Nuno Teotónio Pereira, Livro Branco do SAAL, 1976

26 Energia BIP/ZIP.
Fonte imagem:
<https://citiesintransition.eu/cityreport/bipzip-activating-citizen-participation>



O BIP (Bairros de Intervenção Prioritária) / ZIP (Zonas de Intervenção Prioritária) (figura 26) é um programa que visa a coesão social e territorial através de uma parceria ativa entre habitantes e parceiros locais (Associações de Moradores, Juntas de Freguesias, IPSS, escolas, entre outros) de uma zona prioritária mapeada na carta BIP/ZIP do município de Lisboa (figura 27). Desde 2011, anualmente, por concurso, são apoiados, diversos projetos, financeiramente com um limite máximo de 50.000 euros. As práticas são sustentadas por uma perspetiva de cariz económico, social e ambiental. O propósito principal é a reabilitação e revitalização de áreas significativas da cidade em “*cidade de todos*”. A aliança assenta numa cidadania ativa, na capacidade de auto-organização, na criação de um clima favorável ao empreendedorismo e à capacidade de iniciativa local, e na procura coletiva de soluções para a melhoria das suas condições de vida do bairro. A iniciativa tem contribuído para promover uma imagem positiva dos Bairros e reforçar a sua integração harmoniosa na cidade de Lisboa, sem discriminações no acesso aos bens e serviços (Brito, 2013).



27

27 Logótipo. CML – BIP/ZIP.
Fonte imagem:
<http://habitacao.cm-lisboa.pt/imgs/imagens/1386788229Z8eWE0hr4Pv96PE6.png>

As micro práticas urbanas baseiam-se em diferentes estratégias definidas nas parcerias locais, como:

“(…) ações de formação ou sensibilização, limpeza do espaço público, exposições, campanhas, eventos comunitários, criação de páginas de Internet, entre outras atividades que impliquem o despoletar de convívios e dinâmicas comunitárias e a participação dos cidadãos; serviços à comunidade, como a criação de espaços de internet, de ocupação de crianças, jovens e idosos, bibliotecas, mediatecas, edição de publicações e outros suportes informativos de e para a comunidade, sistemas de trocas locais, hortas comunitárias, entre outros serviços de interesse para as populações dos BIP/ZIP; pequenos investimentos e ações integradas, como a recuperação de instalações destinadas à prestação de novos serviços à comunidade, requalificação do espaço público, apoio ao empreendedorismo e às atividades económicas, podendo englobar várias ações previstas nos escalões anteriores; e em ações elegíveis” (Brito, 2013).

O projeto surge como pressuposto para solucionar problemas coexistentes do passado. Para Helena Roseta (2013:13) os Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária nascem: “da consciência que tínhamos, findo o processo de erradicação das barracas em Lisboa, de não terem acabado as desigualdades urbanas na cidade”, problemas estes associados à instabilidade socioeconómica da população, e problemas urbanístico ambiental que foram crescendo com as tentativas falhadas de implementação

de planos anteriores de reabilitação e revitalização em diferentes zonas urbanas.

Madalena Perestrelo Lemos (2014:56) enumera os núcleos de políticas públicas de revitalização que permitiram ao programa BIP/ZIP a identificação dos vários Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária a intervir:

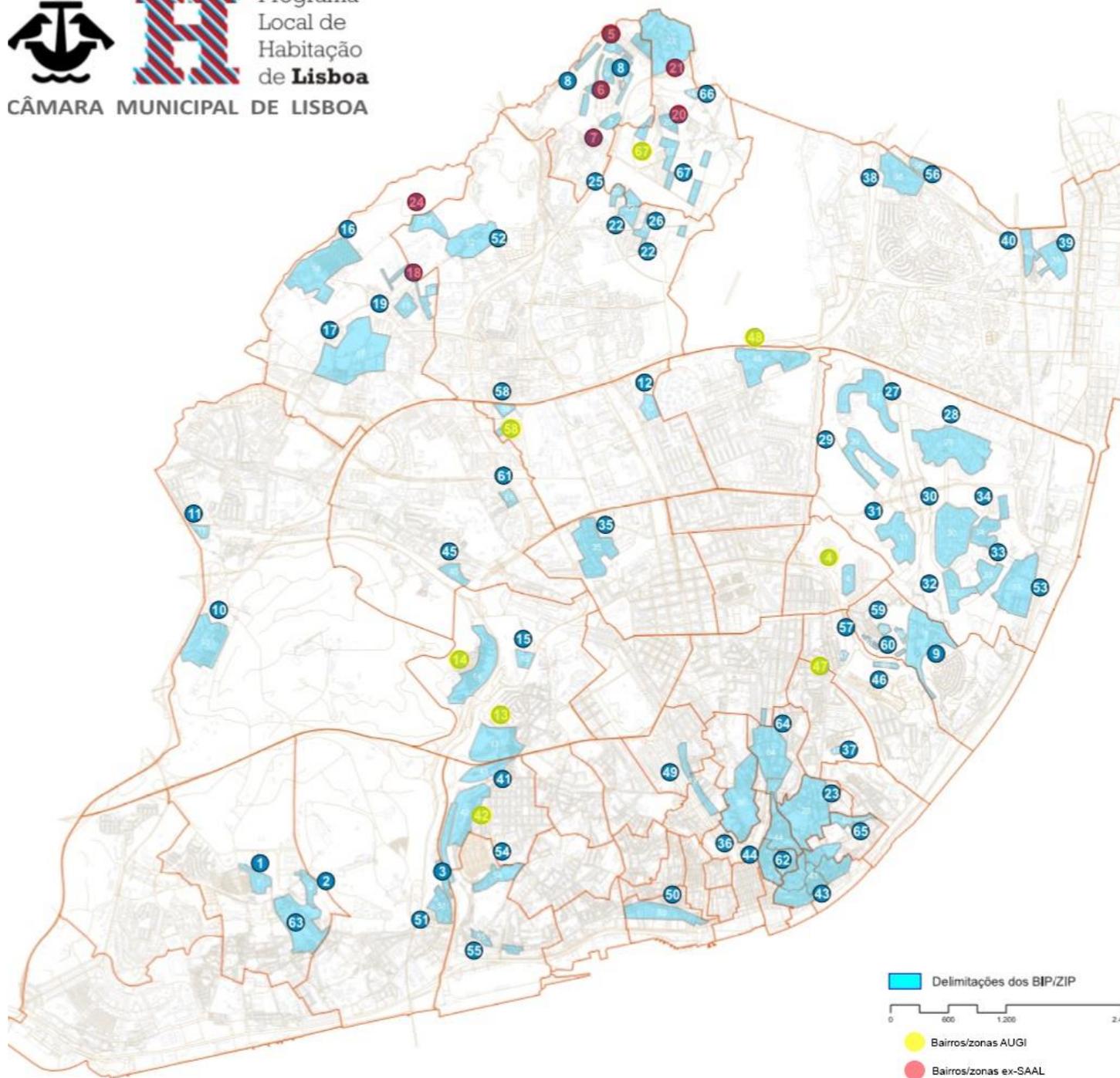
“(...) delimitações municipais existentes, identificadas no âmbito do PLH, e que se enquadrassem no conceito de Bairro Prioritário, nomeadamente: ACRRU (Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística); AUGI (Área Urbana de Génese Ilegal) (figura 28); Bairros Municipais (sob gestão da GEBALIS) com problemáticas especiais; Zonas Remanescentes do PIMP e do PER (Programas Especiais de Realojamento); Bairros ex-SAAL com problemas graves pendentes (figura 28); Área de intervenção da SRU Ocidental – Sociedade de Reabilitação Urbana Ocidental; Área de intervenção do Programa Viver Marvila.”

28 Identificação das áreas AUGI e EX-SAAL na Carta BIP/ZIP.
Fonte: <http://habitacao.cmlisboa.pt/documentos/1296662615D3bGB5er5Wi19HJ6.pdf>) e edição de autoria da própria.



Programa
Local de
Habitação
de **Lisboa**

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



A caracterização dos bairros permite uma leitura top-down¹¹ do território dando origem à Carta BIP/ZIP (figura 29) (anexo b) com base em três princípios: socioeconómicos, urbanísticos e ambientais. Estes facilitaram a identificação de questões qualitativas e/ou quantitativas, possibilitando demarcar com maior precisão as áreas de maior carência com necessidade de intervenção. A Carta está inserida no Plano Diretor Municipal de Lisboa. A 14 de Julho de 2010, foi deliberada em Concelho Municipal 363/2010 tendo sido identificados 61 Bairros e/ou Zonas de Intervenção Prioritária. Esta aprovação esteve em discussão pública até Setembro do mesmo ano e contou com a identificação de mais 6 Bairros e/ou Zonas tendo sido aprovada em Concelho, através da Deliberação 616/2010 pela Câmara Municipal de Lisboa a 17 de Novembro de 2010. Concluiu-se assim a Carta BIP/ZIP com a identificação de 67 Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa. Para a atual vereadora da Habitação e Desenvolvimento Local, Paula Marques (figura 30) “Este programa é um instrumento para fazer cumprir as nossas políticas de desenvolvimento local” para 10 anos (Observador, 2015).



30

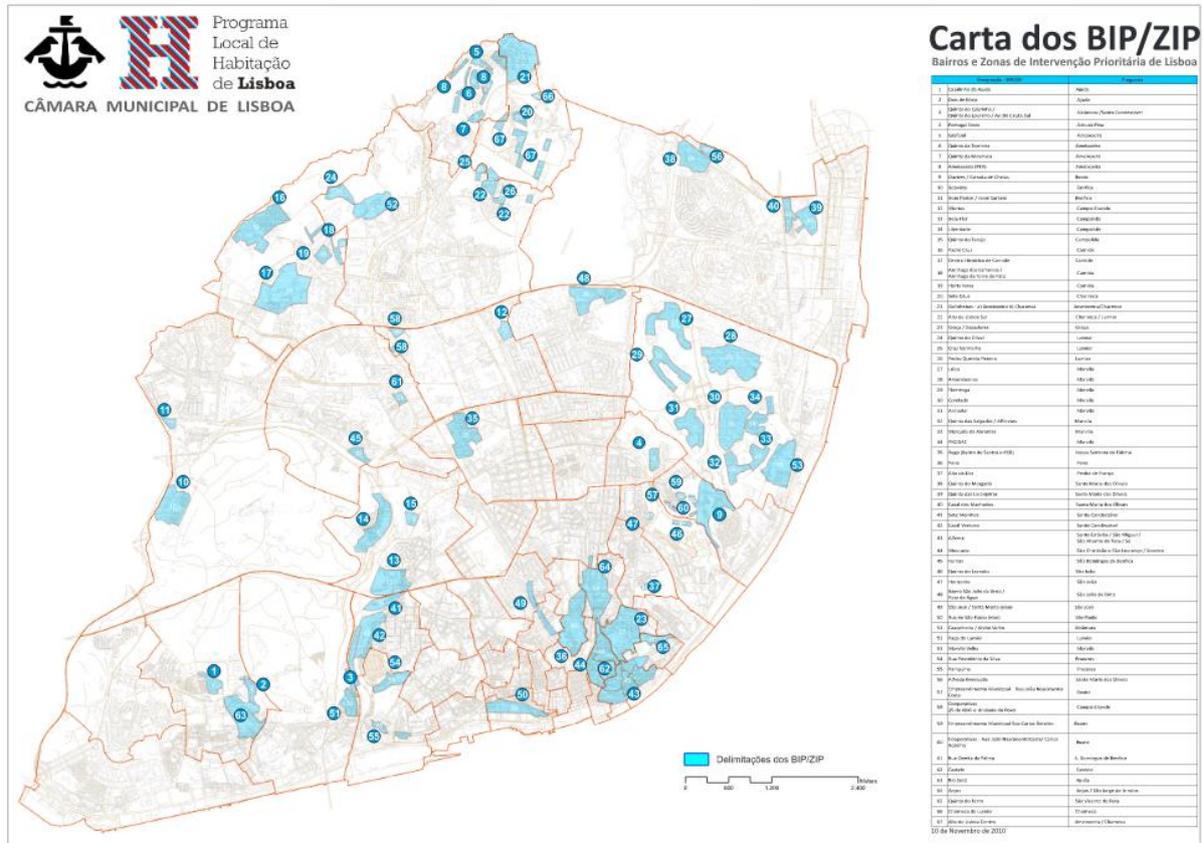
29 Carta BIP/ZIP.

Fonte imagem:
<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1296662615D3bGB5er5Wi19HJ6.pdf>

30 Paula Marques. Atual Vereadora da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa.

Fonte imagem:
<https://www.publico.pt/2016/11/27/local/noticia/vereadora-da-habitacao-de-lisboa-quer-alivio-fiscal-para-quem-arrende-casas-acessiveis-1752802#&gid=1&pid=1>

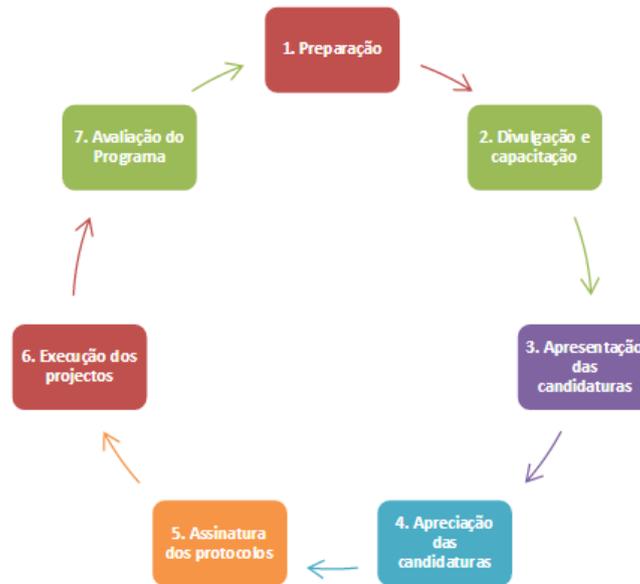
¹¹ Abordagem estratégica aplicada a territórios “de fora para dentro”



A discussão pública foi feita segundo debates genéricos e especializados, a divulgação de informação e a recolha de opiniões envolveu 3 níveis de participação: (1) divulgação massiva (sociedade civil); (2) divulgação direcionada (cidadãos e organizações com envolvimento local); e (3) divulgação qualificada (especialistas de diversas áreas). O processo não está fechado o que permite estar em constante transformação. A Carta BIP/ZIP está em atualização desde 2015 o que permite aferir a evolução das áreas identificadas e a identificação de áreas futuras com necessidades interventivas.

É com base na Carta BIP/ZIP que são definidos os Bairros e Zonas que recebem apoio financeiro para a realização das propostas comunitárias. A candidatura anual dos projetos das parceiras locais é feita através de uma plataforma online e segundo etapas bem delineadas (figura 31).

A submissão é feita com base num calendário, formulário on-line e com um valor máximo de 50.000 euros. A cada candidatura devem estar asseguradas no mínimo a participação de uma entidade promotora e de duas entidades/parceiras locais. As candidaturas são avaliadas por um júri definido anualmente por membros internos e externos ao município. O processo de avaliação tem um conjunto de critérios pré-definidos e um orçamento anual definido pelo município. Após a sua aprovação os promotores oficializam um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa onde assumem a total responsabilidade na gestão financeira do projeto e junto com os parceiros a conceção e execução do projeto definido em candidatura (figura 31).

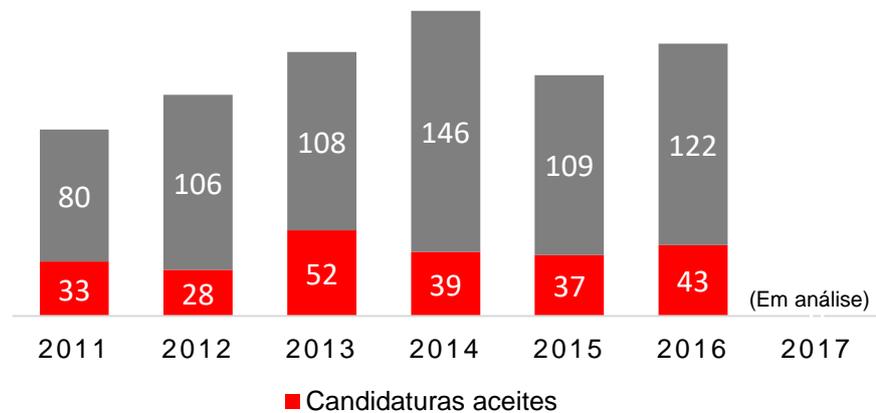


31

No gráfico é possível observar o número de candidaturas aceites por ano face ao número de candidaturas propostas (figura 32).

31 Ciclo de etapas dos projetos BIP/ZIP.
 Fonte imagem: http://bipzip.cm-lisboa.pt/imgs/ciclo_regras.pdf

32 Candidaturas anuais dos projetos ao Programa BIP/ZIP.
 Fonte imagem: Sofia Sebastião



32

Em 2011 foi lançada a primeira edição anual do programa BIP/ZIP que contou com uma verba no valor superior de 1 milhão de euros em orçamento atribuído. Até 2016, estão contabilizadas 671 candidaturas das quais 232 foram implementadas. Tendo em conta os resultados obtidos é possível verificar que, o número de candidaturas por ano subiu gradualmente apresentando uma pequena descida no ano de 2015. Por outro lado, o maior número de candidaturas está presente no ano de 2014 com um total de 146 das quais 39 aceites. Em presença destes números é possível observar uma divergência na relação de candidaturas aceites em relação ao número de candidaturas submetidas.

A avaliação das candidaturas assenta em critérios aprovados em concelho que garantem as seguintes condições: (1) a execução do projeto num ano; (2) a melhoria à cidade através da coesão social e territorial; (3) a sustentabilidade das propostas a longo prazo; (4) a possibilidade de novas populações e que asseguram novas oportunidades a áreas degradadas e esquecidas. Nos últimos anos, a inovação e sustentabilidade do projeto assumem grande importância no momento da seleção.

Tendo em atenção os diagnósticos da Carta BIP/ZIP, o Programa BIP/ZIP considera dois aspetos relevantes na elaboração das candidaturas: (1) temáticas; e (2) destinatários preferenciais. No primeiro ponto, são indicadas 5 rubricas: (1) Melhorar a Vida no Bairro - projetos que promovam o sentido de pertença e corresponsabilidade com o património comum, favoreçam a coesão do bairro através de atividades lúdicas e culturais e desportivas; (2) Competências e Empreendedorismo – projetos que

promovam a troca de conhecimentos com o objetivo de criar novas competências nos moradores e ,assim, promovem a economia local; (3) Reabilitação e Requalificação de Espaços – projetos que promovam intervenções no tecido edificado e/ou a regularização de questões urbanísticas e patrimoniais (ex: ex- SAAL, ex-Cooperativas e AUGI); (4) Inclusão e Prevenção – projetos que promovam a integração na Comunidade e na Sociedade; (5) Promoção da Cidadania – fomentem a participação ativa dos moradores na identificação e resolução dos seus problemas no Bairro. No segundo ponto são definidos 5 grupos: (1) Crianças; (2) Jovens; (3) Idosos; (4) Família; e (5) Comunidade. Todas as atividades propostas, com financiamento BIP/ZIP, devem enquadrar-se nas temáticas e grupo de destinatários do programa.

Relativamente às candidaturas ao programa BIP/ZIP 2017, é possível observar em anexo as etapas e critérios que compõem o processo de seleção dos projetos (anexo c).

“Não existe uma taxonomia certa ou errada, o que existe é uma taxonomia organizada a partir de um determinado ponto de vista, uma forma classificatória de entendimento de uma dada realidade, atendendo a diferentes propósitos.”

*Lillian Alvares, Faculdade de Ciência da Informação,
Universidade de Brasília*

Taxonomia | s. f.

(grego *táksis*, -eos, classificação + grego *nómos*, -ou, regra, lei, uso + -ia)

substantivo feminino

Teoria ou nomenclatura das descrições e classificações científicas. = TAXINOMIA

in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

O programa BIP/ZIP conta com 6 edições anuais, 671 candidaturas submetidas e 232 já foram alvo de uma intervenção que envolveu cerca de 532 entidades locais. O programa tem assumido grandes proporções no tecido de Lisboa respondendo de forma rápida e eficaz a problemas coexistentes na sociedade. A monitorização realizada pelo município tem permitido a introdução de melhorias a vários níveis no programa. No entanto, a ausência de uma visão holística e em rede sobre o seu impacto no desenvolvimento local da cidade, tem limitado a gestão sustentável do programa. Os processos de mapeamento têm limitações metodológicas que resultam em imprecisões e restrições nas conclusões. Neste sentido, a opção por sistemas de classificação pode ser uma mais valia para atingir este propósito. A classificação e categorização de informação complexa tem produzido novos conhecimentos através da ordenação e estruturação de dados em esquemas organizados por categorias (propriedades, padrões, comportamentos ou temas).

A taxonomia tem sido utilizada em diferentes áreas do conhecimento como um exemplo que engloba identificação, descrição, nomenclatura e classificação. Existe no mercado um conjunto de ferramentas digitais que permitem, a partir da definição de categorias, a visualização interativa de correlações entre conteúdos (ex: kumu.io) (figura 34). As taxonomias interativas online, abertas ao público, tem a vantagem de permitir aos interessados na temática fazer leituras e aferições direcionadas aos seus campos de interesse.

34 Metodologia do programa interativo online kumu.io.
Fonte imagem:
<https://kumu.io/>



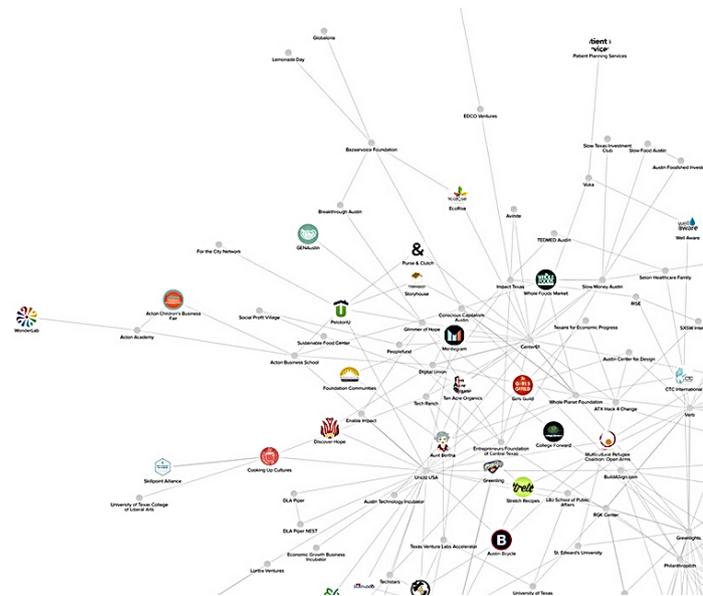
Clarity begins with Kumu.

Kumu is a powerful data visualization platform that helps you organize complex information into interactive relationship maps.

Make sense of your messy world.

Kumu makes it easy to organize complex data into relationship maps that are beautiful to look at and a pleasure to use.

- Stakeholder mapping**
 Explore the complex web of loyalties, interests, influence, and alignment of key players around important issues.
- Systems mapping**
 Understand and engage complex systems more effectively using systems maps and causal loop diagrams.
- Social network mapping**
 Capture the structure of personal networks and reveal key players. Visualize the informal networks within your organization and see how work really gets done.
- Community asset mapping**
 Keep track of the evolving relationships among community members and resources.
- Concept mapping**
 Brainstorm complex ideas and relate individual concepts to the bigger picture. Unfold convoluted series of events using Lombardi diagrams.



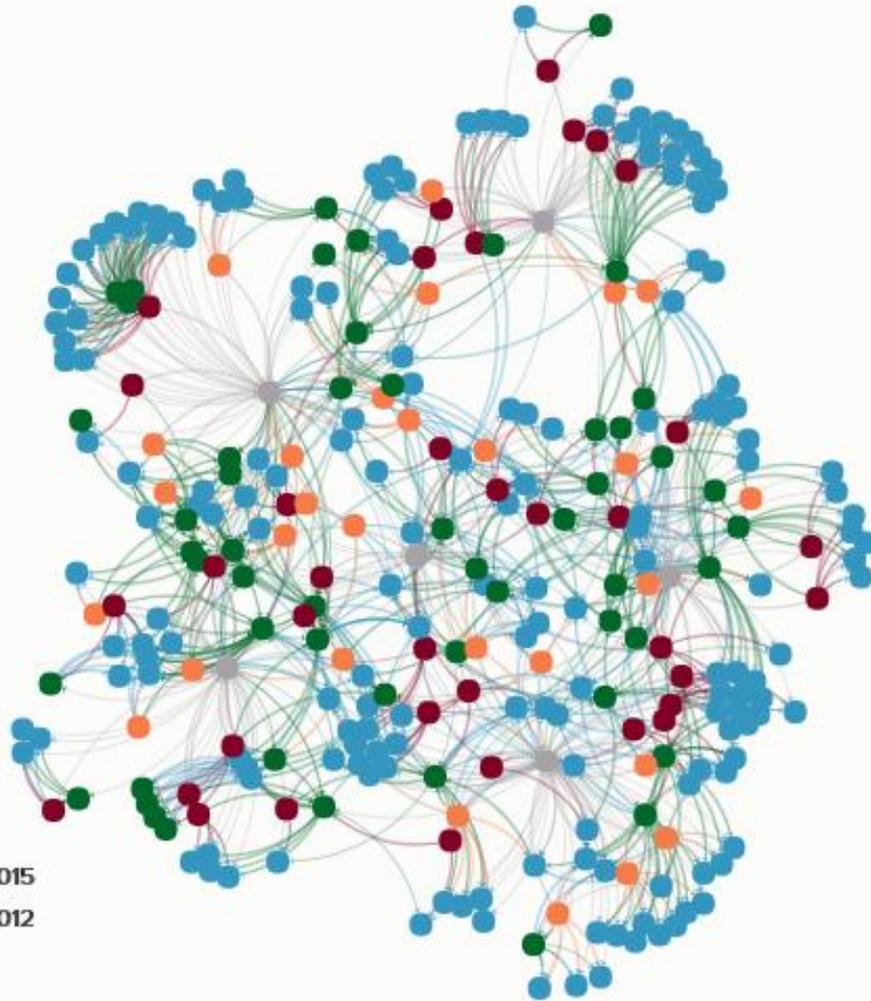
A gestão de dados no kumu.io é feita através da construção de um documento excel fornecido pelo programa que agrega uma série de parâmetros programáticos e de fácil leitura do utilizador. Este documento permite agregar um número infinito de conteúdos. Após a sua construção este documento é submetido no programa que de forma automática gera o corpus genérico e suas possíveis correlações gerais. Posteriormente, o kumu.io permite gerar conexões particulares de determinados conteúdos através da criação de vistas isoladas que sejam pertinentes aferir na ótica do usuário.

A amostra denominada de taxonomia BIP/ZIP (figura 35) foi elaborada segundo várias fases e tendo como base as fichas de candidatura disponíveis na plataforma on-line (<http://bipzip.cm-lisboa.pt/>). Após uma análise intensiva das fichas de candidatura referente aos anos de 2012 a 2016, foi possível identificar um conjunto de critérios congêneres para a análise de correlações que formam o corpus em análise. Será pertinente referir que a análise correspondente ao ano de 2011 é inexistente.

Os critérios selecionados permitem-nos aferir os aspetos relevantes comuns entre todos os projetos. Esta assertividade é possível constatar na temática em que se insere, a que zona correspondente na carta BIP/ZIP está a intervir, que promotores integram o projeto, que parcerias estão associadas e a que utilizadores se destina. Outros critérios como o nome do projeto, o número de candidatura e o ano em que foi desenvolvido também fazem parte integrante do corpus BIP/ZIP.

35 Taxonomia BIP/ZIP interativa.
Disponível: KUMU.io
<https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>

Q Search



O levantamento das candidaturas ao programa BIP/ZIP foi feito referentes aos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016. No entanto, os dados analisados correspondem apenas às candidaturas BIP/ZIP de 2012 e 2015. A opção pelo ensaio destes dois anos foi feita apenas por questões de logística de informação, uma vez que não existem dados disponíveis referentes às candidaturas de 2011 e aquando da investigação os projetos referentes ao ano de 2016 ainda não estavam concluídos.

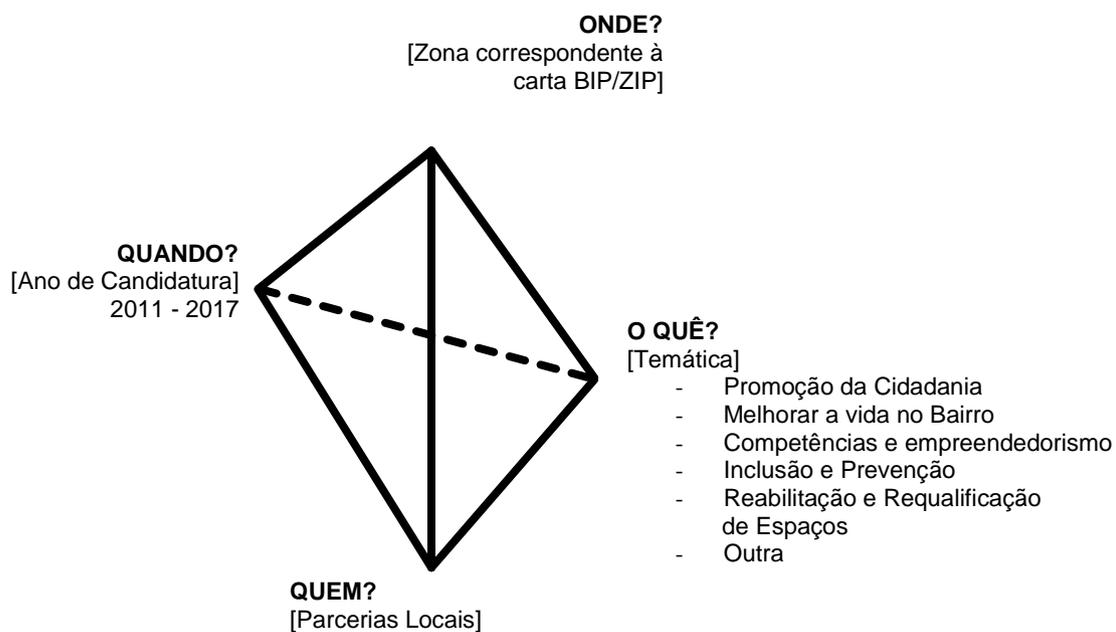
Os resultados que se apresenta baseiam-se na correlação de informação referente a: (1) Onde? - que visa responder a que da zona corresponde à carta BIP/ZIP; (2) Quando? - em que ano a zona identificada foi alvo de intervenção; (3) O Quê? - segundo que temática a zona determinada sofreu intervenção; e (4) Quem? - que parceiras locais estiveram associadas a cada projeto (figura 36). Com base no trinómio de critérios foi definida a taxonomia BIP/ZIP interativa (figura 35). Nesta é possível perceber que a gestão dos dados disponíveis on-line é confinada a uma malha que possibilita criar conexões relacionais visualmente rápidas. A taxonomia permitiu aferir resultados, como: (1) relacionar as tendências temáticas por anos em cada zona; (2) a identificação dos parceiros locais por temáticas em cada zona; e (3) a continuidade dos parceiros por ano em cada zona BIP/ZIP, aliada à necessidade de sustentabilidade dos projetos (figura 37).

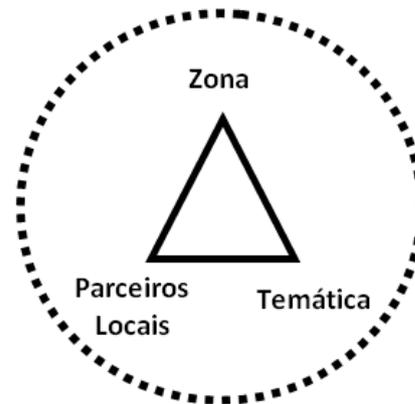
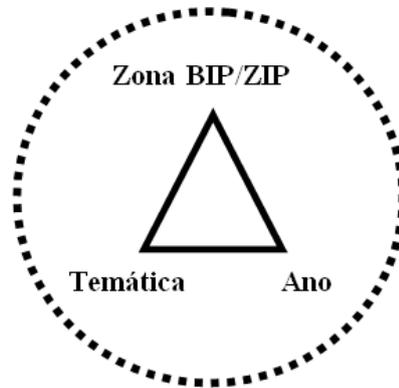
36 Trinómio de critérios de análise. Fonte: Sofia Sebastião

37 Relações isoladas de critérios de avaliação. Fonte: Sofia Sebastião

As inferências na taxonomia têm sempre como ponto de ligação a zona BIP/ZIP a que se relacionam. A visualização das relações pretendidas é possível através de vistas isoladas com apenas os elementos que se pretendem identificar. Como demonstração das inferências que podem ser

realizadas na Taxonomia BIP/ZIP, vamos apresentar um exemplo referente a cada conexão enunciada (figura 37).



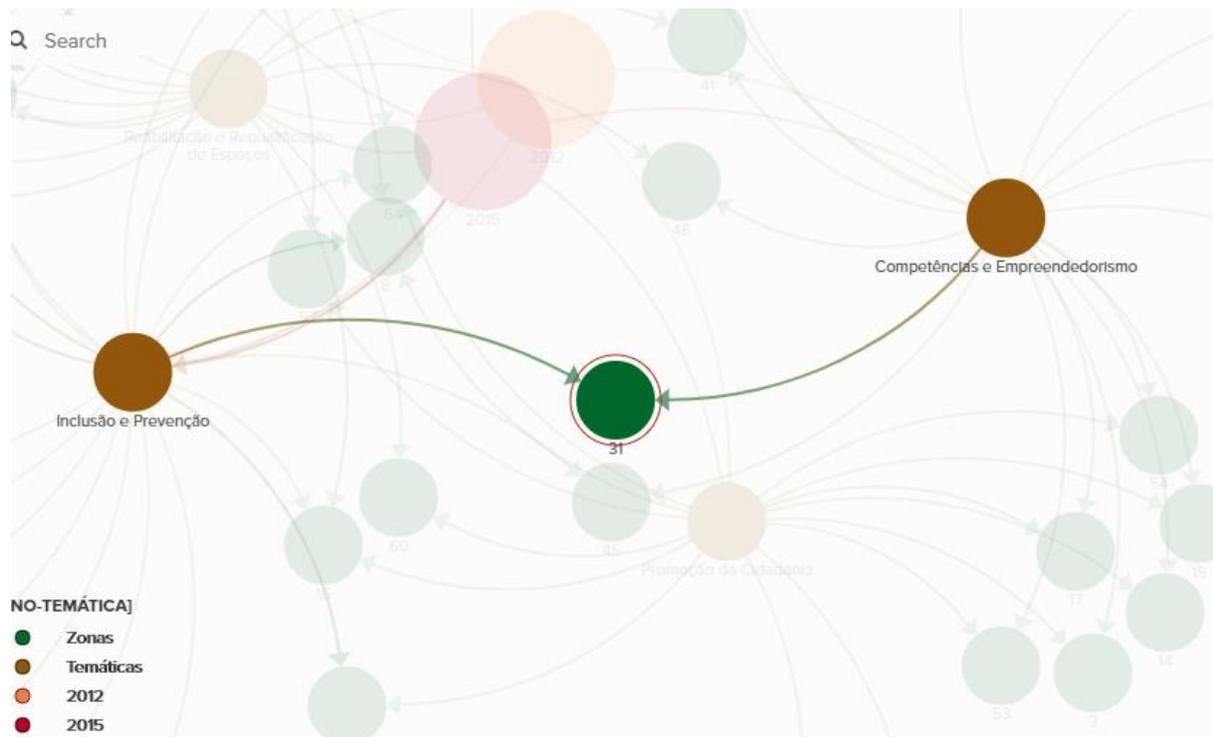


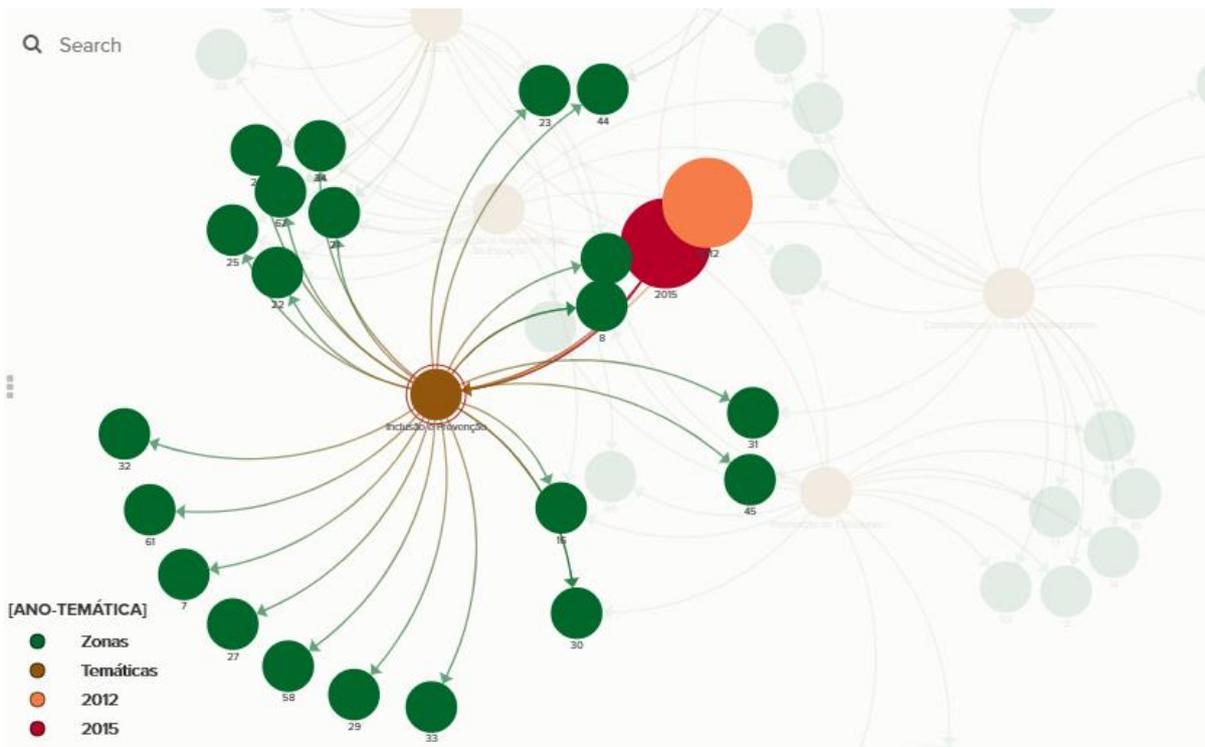
1. Tendência temáticas por ano e zona da Carta BIP/ZIP

A primeira análise prende-se com a tendência da temática por ano e por zona (figura 37). Na figura 36 escolheu-se a zona 31 da Carta BIP/ZIP, de forma aleatória. Esta revela que, nos dois anos em análise, os projetos apresentados só têm apostado em duas temáticas de intervenção: Inclusão e Prevenção; e Competências e Empreendedorismo (figura 38). Numa segunda iteração (figura 39), com a escolha aleatória de uma temática interventiva do programa é possível visualizar o número de zonas que têm trabalhado a temática nos anos 2012 e 2015. Neste caso, verificamos que a temática Inclusão e Prevenção esteve associada a 21 zonas distintas identificadas na Carta BIP/ZIP. O acesso a esta informação poderá permitir ao município cruzar a sua visão *top-down* disponível na Carta BIP/ZIP e as reais necessidades locais das zonas em questão.

38 Taxonomia BIP/ZIP. Tendência da temática por ano em cada zona: Zona 31 da Carta BIP/ZIP. Disponível: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>

39 Taxonomia BIP/ZIP. Tendência da temática por ano em cada zona: Inclusão e Prevenção. Disponível: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>



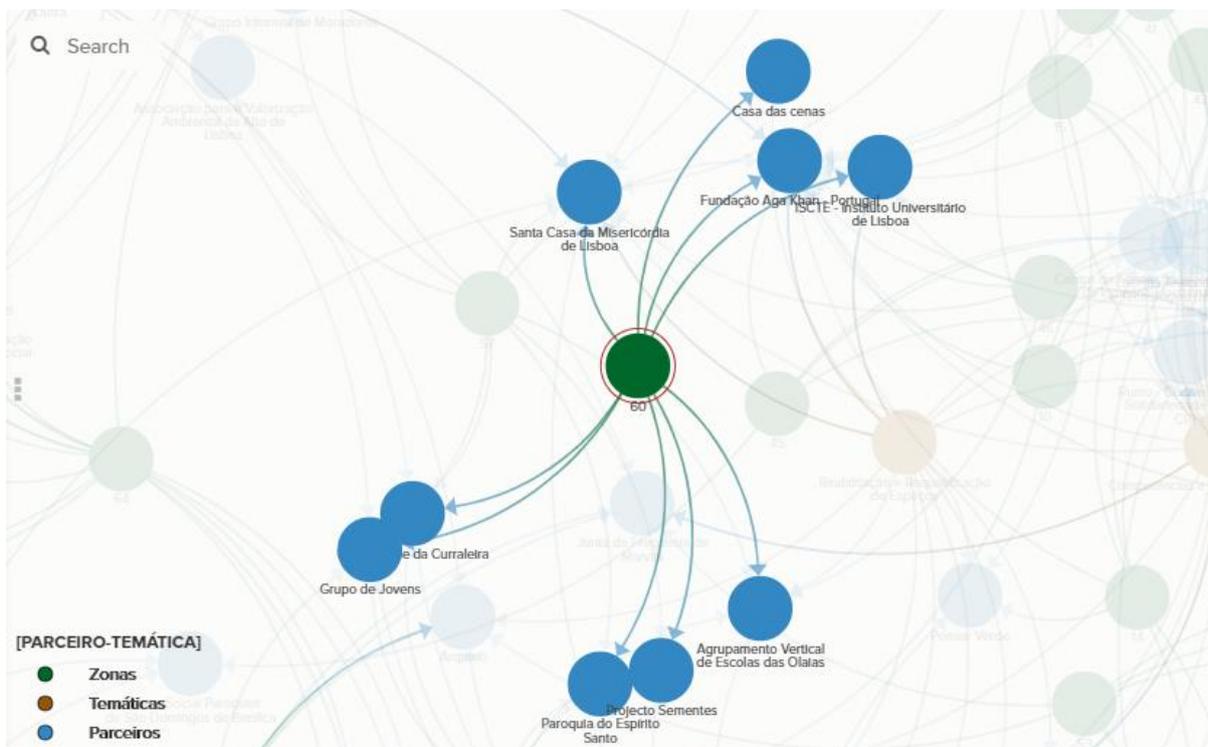


2. Identificação dos parceiros locais por temáticas em cada zona

A segunda demonstração refere-se à identificação dos parceiros locais por temáticas em cada zona (figura 37). Nesta é possível apurar que uma determinada zona está associada a um número finito de parcerias locais. Elegendo a zona 60 da Carta BIP/ZIP, de forma aleatória, visualizamos imediatamente que está associada a nove parcerias locais nos dois anos em estudo (figura 40). Na figura 41 apuramos que, a um número finito de zonas, está associada uma parceria local com determinadas temáticas de intervenção. Utilizamos neste caso, para verificar se informação estava correta, o parceiro ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. O parceiro esteve ligado a duas zonas distintas, à zona 46 e 60, com a mesma temática de intervenção, Reabilitação e Requalificação de Espaços. O acesso a esta informação permite ao município entender as várias dinâmicas territoriais e as especificidades de cada parceiro local.

40 Taxonomia BIP/ZIP. Identificação dos parceiros locais por temáticas em cada zona: Zona 60 da Carta BIP/ZIP. Disponível: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>

41 Taxonomia BIP/ZIP. Tendência da temática por ano em cada zona: Parceiro ISCTE-IUL. Disponível: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/BIP/ZIP#carta-bip-zip>

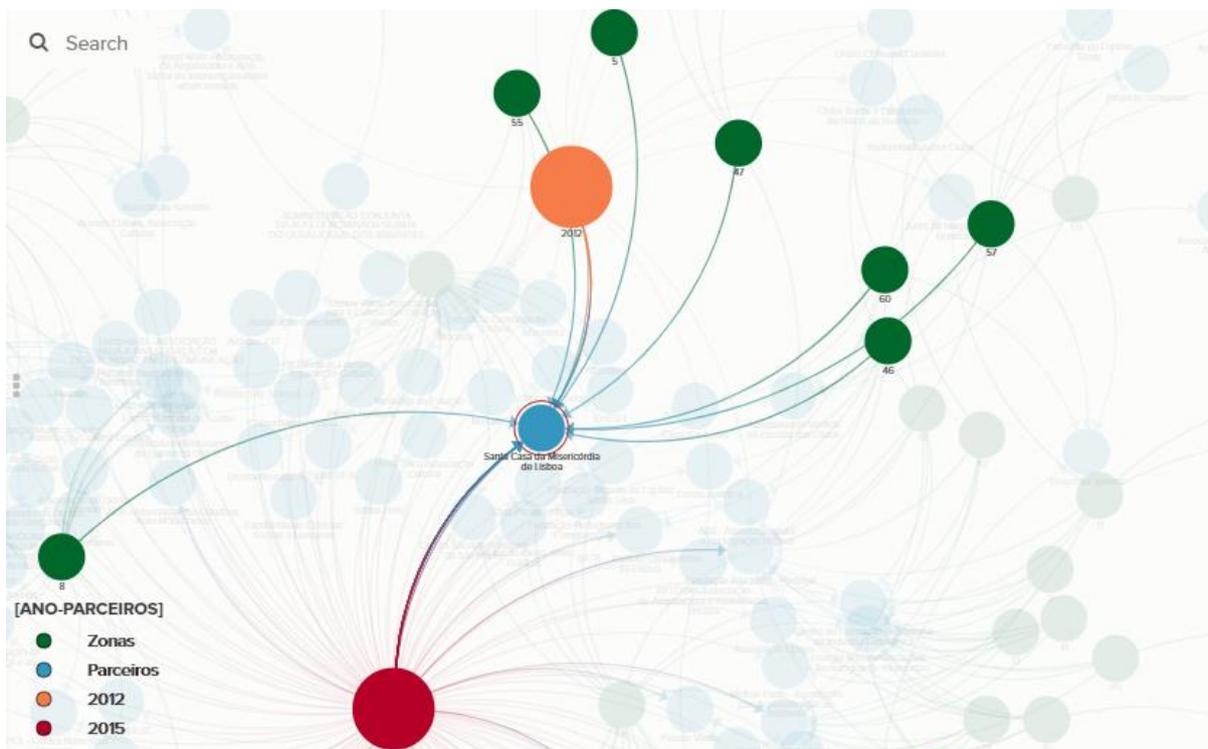


3. Continuidade dos parceiros por ano em cada zona BIP/ZIP

Para entender o conceito de continuidade dos parceiros por ano em cada zona BIP/ZIP, estabelece-se uma ligação direta de uma determinada zona da Carta BIP/ZIP com as entidades parceiras correspondentes a um determinado ano (figura 37). Na figura 42 é possível observar que correspondente à zona 60 estão associadas 9 parcerias locais. Algumas permanecem no território desde o início do programa BIP/ZIP e outras que são atraídas pela necessidade de responder a novos problemas do território. Na segunda fase da demonstração destacou-se, aleatoriamente, um parceiro local que nos permitiu aferir a que quantas zonas de intervenção esteve associada e a que ano e/ou anos. Na figura 43 visualiza-se a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que esteve envolvida em 7 zonas de intervenção distintas, incluindo a zona anteriormente referida, nos anos de 2012 e 2015. O acesso a esta informação permite ao município entender a sustentabilidade das parceiras através de um trabalho contínuo de relação com os bairros, a candidatura de novos projetos e atração de mais parceiros com diferentes competências.

42 Taxonomia BIP/ZIP. Identificação dos parceiros locais por temáticas em cada zona: Zona 60 da Carta BIP/ZIP. Disponível: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/ZIP/ZIP#carta-bip-zip>

43 Taxonomia BIP/ZIP. Tendência da temática por ano em cada zona: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Disponível: KUMU.io <https://kumu.io/Sofz91/ZIP/ZIP#carta-bip-zip>



Em anexo está o mapeamento de dados utilizados na construção da taxonomia referente ao ano de 2012 e 2015 (anexo d). A exploração do corpus BIP/ZIP pode ainda ser feita de forma gratuita e mais alargada através da [plataforma](https://embed.kumu.io/b2ed04441b9c0bd9480d761a500fd353#carta-bip-zip) online: <https://embed.kumu.io/b2ed04441b9c0bd9480d761a500fd353#carta-bip-zip>.

CAPÍTULO 4

BIP/ZIP: ESTRATÉGIA OU MODELO DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL

Estratégia

substantivo feminino

1. Ciência das operações militares.
2. [Figurado] Combinação engenhosa para conseguir um fim. = ARDIL, ASTÚCIA, MANHA
in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

Modelo

substantivo masculino

1. Imagem, desenho ou objeto que serve para ser imitado (desenhando ou esculpindo).
2. Molde, exemplar.
3. [Figurado] Coisa ou pessoa que é ou merece ser imitada. = EXEMPLO

substantivo de dois géneros

4. Pessoa que posa para artistas, servindo de modelo vivo.
5. Pessoa que tem como atividade envergar e apresentar roupas ou acessórios. = MANEQUIM
in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

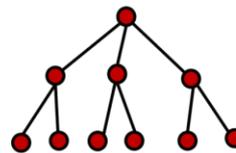
O BIP/ZIP é um programa que visa a coesão social e territorial através da promoção de micro práticas urbanas de requalificação e reabilitação do território assente na associação de parcerias locais e habitantes. Após a análise criteriosa do programa BIP/ZIP foi possível compreender a dimensão dos princípios que se exploraram aplicados no desenvolvimento local da cidade.

O programa BIP/ZIP pode ser associado a dois conceitos. O conceito de estratégia que está ligado a uma visão global de território e à definição de premissas de intervenção para atingir um fim ou ao conceito de modelo que está mais associado a planear, dirigir, regular para ser reproduzido como exemplo de referência a outras intervenções.

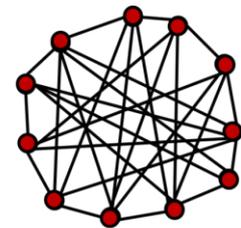
Neste sentido, é possível aproximar os dois conceitos a abordagens básicas de intervenção como é o exemplo dos processos *top-down* e *bottom-up* (figura 44). Esta premissa de aplicação de métodos top-down e bottom-up surge em diferentes áreas de investigação, como, por exemplo, na área social, administrativa, computacional, entre outras.

44 Processos *top-down* e *bottom-up*.

Fonte imagem:
<http://organizationalphysics.com/2016/10/13/top-down-vs-bottom-up-hierarchy-or-how-to-build-a-self-managed-organization/>



“Top-down”



“Bottom-up”

Analogamente ao que acontece na área computacional o conceito *top-down* assenta na imposição de uma solução sobre um território a partir de uma visão geral sobre o sistema (Shneiderman, 1998). Consequentemente, à abordagem *top-down* podemos associar diretamente o conceito de modelo. O modelo pretende extrapolar medidas que servem de exemplo e que podem ser imitadas através da análise e de conteúdos de sistemas funcionais. Assim sendo, o modelo leva-nos para o que serve ou pode servir de exemplo para ser reproduzido. Esta abordagem viabiliza a gestão de informação assente nos seus intrínsecos princípios. O conceito de modelo aplicado ao programa BIP/ZIP está presente na gestão da informação que foi desenvolvida no capítulo anterior.

Relativamente à abordagem *bottom-up* é possível articular-se com o conceito de estratégia. Tal como já foi referido, a palavra estratégia agregar um conjunto de medidas determinantes a serem inferidas do território com base nas necessidades sociais e territoriais. Deste modo, à semelhança do programa BIP/ZIP, foi feita uma análise articuladora de resultados baseada em índices de índole social, territorial e urbanísticas que permitiram aferir as necessidades dos utilizadores.

As transformações estruturais do tipo *top-down* favorecem a governança, no entanto, as novas lógicas institucionais, através da participação cidadã, promovem as formas *bottom-up*, por meio de construção de parcerias e redes.

Colocam-se novos desafios ao gestor público e à própria sociedade na construção de políticas públicas de desenvolvimento local que garantam não só a capacidade de reforço do próprio poder local, mas, também, a aptidão de gestão dos cidadãos sobre as políticas e ações municipais (North, 1990). Segundo Frey (2008), nos seus estudos sobre boa governança e democracia local, a participação deve ser compreendida como meio para envolver a população na tomada de decisões políticas, e não só como uma forma de gerar consulta e feedback e de estreitar laços políticos entre os decisores.

Embora estes dois métodos possam ser aplicados de forma individual e independente, existem alguns pontos complementares. A sua abordagem conjunta demonstra ser uma mais valia para o aproveitamento dos utilizadores (Garret, 2003). A reflexão sobre os conceitos e as suas consequências presentes e futuras no programa BIP/ZIP é premente.

Qual o papel do programa BIP/ZIP no desenvolvimento local? O BIP/ZIP será apenas uma estratégia ou um modelo de desenvolvimento local? E de que forma estes processos podem aplicar-se a outros territórios? Compreendendo a complexidade das seguintes questões, pertinentes e alvo de discussões ativas não podem ser concluídas de forma categórica. A cidade está em constante transformação, adaptando-se a novas realidades, princípios e valências de carácter alternativo. No entanto, é possível aferir, numa primeira análise, que o programa assenta numa caracterização territorial acompanhada de diagnóstico que fundamenta uma visão global sobre o território e um conjunto de instrumentos que procuram garantir uma cidadania ativa na melhoria da qualidade de vida nos bairros e zonas definidas como prioritárias na Carta BIP/ZIP. Do programa BIP/ZIP sabe-se como e quando iniciou, mas o processo está em contínuo ajustamento à realidade. O Programa tem permitido agregar iniciativas e micro práticas de cariz social, económica, ambiental, mas também cultural e político. Assim, é possível considerar que o vincular destas iniciativas potenciou a mudança da cidade alterando o seu *status quo* anterior (expressão que advém do latim que significa “o estado das coisas”).

O programa BIP/ZIP no desenvolvimento local permitiu de igual modo potenciar uma cidadania ativa e a participação dos sujeitos na procura de soluções e tomada de decisões locais. Neste sentido, é bastante relevante, visível na taxonomia, as várias associações de moradores que foram criadas e os parceiros com diferentes perfis que se foram associando às parcerias locais para potenciar a concretização das soluções comunitárias.

O desenvolvimento local associa-se a um desenvolvimento comunitário. Holdcroft descreve comunitário como,

“(...) um processo, método, programa, instituição e/ou movimento que:

a) envolve as pessoas num base comunitária na procura de soluções para os seus problemas comuns, b) ensina e insiste no uso de processos democráticos na solução conjunta dos problemas da comunidade, e c) Ativa e/ou facilita a transferência de tecnologia para as pessoas de uma comunidade na definição de uma solução mais eficaz para os problemas comuns” (Holdcroft, 1978:10).

O presente trabalho de investigação, permite-nos, numa abordagem geral e inicial, considerar o programa BIP/ZIP como um conjunto de premissas táticas para o território. A confirmar esta afirmação, está a recente nomeação e posterior premiação do BIP/ZIP como uma boa prática inovadora URBACT III (programa europeu de promoção de desenvolvimento urbano) de solução inspiradora de melhoramento da cidade (URBACT III). Tal situação, admite aferir o conceito de padrão, ou seja, elementos que se repetem de maneira previsível, no desenvolvimento local e comunitário.

A elaboração de um documento reflexivo com base neste estudo permite importar e/ou exportar os conceitos do programa BIP/ZIP para outros territórios. O BIP/ZIP como modelo será considerado para outros territórios como o programa binóculo da estratégia BIP/ZIP.

BIBLIOGRAFIA

ARTIGOS, MONOGRAFIAS, TESES, LIVROS
E FONTES ELETRÓNICAS

Bandeirinha, J. A. (2007). O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Baptista, L.V. (1994). Dominação demográfica no contexto do século XX português: Lisboa, a capital. *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº15, pp.53-77. [Online] Disponível: <http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/25/248.pdf> [Acedido em Novembro de 2016]

Baptista, L.V. (1999). Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa. [Online] Disponível: <http://revistas.rcaap.pt/cct/article/viewFile/9135/6582> [Acedido em Dezembro de 2016]

Brito, M. (2013). Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) de Lisboa. O QUE SÃO OS BIP/ZIP?. [Online] Disponível: <http://lisboasolidaria.cm-lisboa.pt/documentos/137372027908aOJ7iz1Ay61NC5.pdf> [Acedido em Dezembro de 2016]

Costa, A. (2013). A IDEIA É SIMPLES, in *Catálogo Dentro de Ti ó Cidade, energia BIP-ZIP*, p.11. Lisboa: CML, Pelouro da Habitação. [Online] Disponível: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1372236607V3aCE0ce2Cd99EY7.pdf> [Acedido em Janeiro de 2017]

Ferreira, V. M. (1975). *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política: A Intervenção do SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) em Lisboa*, Porto: Afrontamento.

FREY, K. Development, Good Governance, and Local Democracy. In Brazilian Political Science. Review, vol. 2, nº 2, p. 39-73, 2008.

Garret, J. J. (2003). The Elements of user Experience: User-Centers Design for the Web. Indianapolis (Indiana), 2nd Ed. p.189.

Hamdi, N. (2013). About the Art of Praticce and the Limits of Planning in Cities: Routledge.

Holdcroft, L. (1978). The Rise and Fall of Community Development in Developing Countries, 1950-65: A Critical Analysis and an Annotated Bibliography. MSU Rural Development, Paper No. 2. East Lansing, Michigan: Michigan State University.

IPPS-IUL. Cursos de Especialização, Curso de Especialização em Territórios Colaborativos. PROCESSOS, PROJETO, INTERVENÇÃO E EMPREENDEDORISMO. [Online] Disponível: <http://ipps.iscte-iul.pt/index.php/pt/formacao/proximos-cursos/cursos/1-categoria-padrao/75-curso-de-especializacao-em-territorios-colaborativos-processos-projeto-intervencao-e-empresendedorismo>. [Acedido em Janeiro de 2017]

Lemos, M. P. (2014). *Estratégias complexas de reabilitação urbana. O efeito combinado da criatividade, espaço público e nobilitação*: Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Instituto Superior Técnico, Lisboa.

NORTH, D. (1990). Institutions, institutional change and economic performance. Cambridge: Cambridge University Press.

Oliveira, C. J. T. M. E. (2013). PROGRAMAS LOCAIS DE HABITAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE MUDANÇA. Contributos Metodológicos: Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil – Especialização em Planeamento, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Porto.

Pereira, G.M. (2014). SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário. *História. Revista da FLUP Porto, IV Série, vol.4, pp.13-31.*

Pincha J. P. (2015). A Câmara de Lisboa passou-lhes a bola. Agora, têm de fazer nascer 36 projetos em bairros com problemas. [Online] Disponível: <http://observador.pt/2015/10/16/camara-lisboa-passou-lhes-bola-agora-nascer-36-projetos-bairros-problemas/> [Acedido em Dezembro 2016].

POLIS XXI. Iniciativas complementares POLIS XXI. [Online] Disponível: http://www.dgterritorio.pt/ordenamento_e_cidades/cidades/polis_xxi/iniciativas_complementares_polis_xxi/ [Acedido em Janeiro de 2017]

Reichenauer, A. e Komischke, T. (2003). A Comprehensive Process Model for Usable Information Architecture Systems: Integrating Top-down and Bottom-up Information Architecture. In: Human Computer Interaction, International Proceedings. LEA Publishers. Mahwah, New Jersey. Vol. 1, p. 223-227.

Romão, C. A. C. (2015). O Papel do Arquiteto em Processos Participativos. Um contributo para a compreensão de alternativas no modo de projetar: Dissertação de Mestrado em Arquitetura, ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

Rosa, M. L. (2011). Microplanejamento: práticas urbanas criativas, São Paulo: Editora de Culturas.

Rosa, M. L. e Weiland, Ute E. (2013). Handmade Urbanism. From Community Initiatives to Participatory Models: Mumbai, São Paulo, Istambul, México City, Capetown: Jovis.

Roseta, H. (2013). Mudar a política de habitação em Lisboa. Regras do jogo, caminho feito, novos desafios. Lisboa: CML, Pelouro da Habitação. [Online] Disponível: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1366183567R1hWA5nz1Xv26XF1.pdf> [Acedido em Janeiro de 2017]

Roseta, H. (2013). PEQUENO PROGRAMA, GRANDE LIÇÃO, in *Catálogo Dentro de Ti ó Cidade, energia BIP-ZIP*, p.13. Lisboa: CML, Pelouro da Habitação. [Online] Disponível: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1372236607V3aCE0ce2Cd99EY7.pdf> [Acedido em Janeiro de 2017]

Roseta, H. (2015). Escutar a cidade: dos pecados urbanos à energia bip-zip: Fórum Lisboa. [Online] Disponível: <https://escutaracidade.files.wordpress.com/2015/04/escutar-a-cidade-5-helena-roseta.pdf> [Acedido em Junho 2017]

Sanoff, AIA H. (2000). Community Participation Methods in Design and Planning: John Wiley & Sons.

Sanoff, AIA H. (2008). Multiple Views of Participatory Design. Archenet-IJAR, International Journal of Architectural Research, vol.2, pp. 57-69.

Santos, A. C., Teles, N. e Serra, N. (2014). Finança e habitação em Portugal. Cadernos do observatório #2: Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra, Laboratório Associado, Coimbra.

Shneiderman, B. (1998). Designing the User Interface. Reading (Massachusetts), Addison–Wesley.

Sousa, S., Guterres, A., Costa, C., e Doreis, H.M. (2012). Registos do Processo, Iniciativa Bairros Críticos. Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos RCM 143/2005. [Online] Disponível: <http://habitacao.cmlisboa.pt/documentos/1366634988G7tFZ6hr3Jr95TW4.pdf> [Acedido em Janeiro de 2017]

URBACTIII - An integrated toolbox for deprived neighbourhoods. A local development strategy for neighbourhoods and areas of priority Intervention. [Online] Disponível: <http://urbact.eu/integrated-toolbox-deprived-neighbourhoods> [Acedido em Junho 2017]

anexo a) - Estrutura e modelo de funcionamento de Co- Governação para os Gabinetes de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária.

Fonte:<http://habitacao.cmlisboa.pt/documentos/1507042461X8hGR1lx1Pc64XH2.pdf>

anexo b) - Carta BIP/ZIP.

Fonte:<http://habitacao.cmlisboa.pt/documentos/1296662615D3bGB5er5Wi9HJ6.pdf>)

anexo c) - Ciclo e Regras do Programa BIP/ZIP Lisboa 2017 – Parcerias Locais.

Fonte:http://bipzip.cm-lisboa.pt/imgs/ciclo_regras.pdf

Anexo d) – Mapeamento de dados utilizados na construção da taxonomia BIP/ZIP 2012 e 2015.

